

ATA NÚMERO 19

Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2024

----- Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às vinte horas, com a seguinte ORDEM DO DIA: -----

1. **Relatório de atividades e situação financeira do Município** - Para conhecimento. -----
2. **Fixação da Taxa da Derrama para 2024** - (Registo n.º 7975/2024/11/25).
3. **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** - Fixação de Taxa do Imposto relativo a 2024 - (Registo n.º 9986/2024/11/25). -----
4. **Participação variável no IRS** - (Registo n.º 9976/2024/11/25). -----
5. **Taxa Municipal de Direitos de Passagem** - (Registo n.º 9982/2024/11/25). -
6. **Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2025** - (Registo n.º 9972/2024/11/25). -----
7. **Serviço Municipal de Proteção Civil** - Abono de despesas de representação do Coordenador Municipal de Proteção Civil - (Registo n.º 9565/2024/11/12).-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado por Carlos Marques da Silva Macedo, como Primeiro Secretário, e João Carlos dos Santos Leite, como Segundo Secretário, em substituição de Sara Moreira Machado. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as seguintes membros: -----

----- Sérgio Micael Silva Carvalho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Augusto Pires Zoio, João Carlos dos Santos Leite, Pedro Manuel Pinto Ribeiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Sara Luísa Magalhães Maia, Artur Manuel Andrade, Luís Filipe Miranda Pina de Almeida, Maria de Lurdes Pinheiro Coelho, José Luís Mesquita Peixoto, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Simone Guedes de Oliveira, Carlos Alberto Freitas Miranda, Fábio da Silva Vasques Pacheco, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Liliana Cristina Pereira Ribeiro, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho, Sandra Patrícia Nogueira Costa, José Augusto Oliveira Araújo e Joaquim Augusto

Teixeira. -----

-----Presidentes de Junta de Freguesia, ou seus/suas representantes: Ansiães – António Fonseca Brandão; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fregim – Sandra Castro Fraga; Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; Gondar – Hugo Vaz; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves; Padronelo – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; Rebordelo – Cláudia Daniela Mota e Silva; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Ivone Sofia Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Coelho; Vila Meã – Lino Manuel Macedo; União das Freguesias de Amaranate (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão – Américo Paulo da Silva Ribeiro; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Pereira Magalhães; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – Daniel António Teixeira Pinheiro; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Sara Mónica Seixas Gomes Leite; União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – António Cândido Alves Pinheiro.

-----Pediram a substituição ou justificaram a respetiva falta, os/as senhores/as deputados/as: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto (substituída por Pedro Manuel Pinto Ribeiro), Ercília Gonçalves Costa (substituída por Migue André Carvalho Varejão), Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós (substituído por Pedro Manuel Pinto Ribeiro), André da Silva e Ribeiro e Costa Magalhães (substituído por Artur Manuel Andrade), Carlos António da Silva Carvalho (substituído por Luís Filipe Miranda Pina de Almeida) Torcato Fernando Carvalho Ferreira (substituído por Maria de Lurdes Pinheiro Coelho) Sara Moreira Machado (substituída por José Luís Mesquita Peixoto), Rui Pedro Barreira Morais (substituído por Fábio da Silva Vasques Pacheco), José Joaquim Magalhães Teixeira, Estefânio Cirilo Sousa Pinto (substituído por Liliana Cristina Pereira Ribeiro) Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos (substituída por Sandra Patrícia Nogueira Costa), os/as senhores/as presidentes de junta de: União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Henrique Jorge Monteiro e União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho. -----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo senhor Presidente, José Luís Gaspar Jorge, e pelos/as senhores/as vereadores/as: Hugo Miguel Costa Carvalho, António Jorge Vieira Ricardo, Manuel Alexandre Machado Oliveira, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Sílvia Isabel Brochado

Araújo, Joana Rita de Sousa Covelo de Abreu e Carlos Manuel Azevedo Pereira. -----

-----Seguidamente, após verificação do quórum, pelas vinte horas e trinta minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

-----De imediato, procedeu-se ao ato de tomada de posse dos senhores deputados: Artur Manuel Andrade, em substituição de André da Silva e Ribeiro da Costa Magalhães, e Luís Filipe Miranda Pina de Almeida, em substituição de Carlos António da Silva Carvalho. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, procedeu-se à apreciação e votação das atas n.º 17 e 18, respeitantes à sessão ordinária de 27.09.2024 e sessão extraordinária de 30.10.2024, respetivamente, tendo o senhor Presidente da Assembleia pedido dispensa da sua leitura em voz alta, uma vez que as mesmas foram previamente disponibilizadas na plataforma informática. Não havendo inscrições para usar da palavra, procedeu-se à votação das atas n.º 17 e n.º 18, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. Por força do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação da ata n.º 17, por terem estado ausentes da respetiva reunião, os/as senhores/as membros: Artur Manuel Andrade, Luís Filipe Miranda Pina de Almeida, Sérgio Micael Silva Carvalho, Miguel André Carvalho Varejão, Fábio Vasques da Silva Pacheco, Maria de Lurdes Pinheiro Coelho e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mancelos - Ricardo Samuel Teixeira Alves e a senhora Fátima Elisabete Barbosa Mendes, Secretária da Junta da União das Freguesias de Bustelo Carneiro e Carvalho de Rei. Não participaram na votação da ata n.º 18, por terem estado ausentes da respetiva reunião, os/as senhores/as membros: Artur Manuel Andrade, Luís Filipe Miranda Pina de Almeida, Sérgio Micael Silva Carvalho, Fábio Vasques da Silva Pacheco, o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão e a senhora Fátima Elisabete Barbosa Mendes, Secretária da Junta da União das Freguesias de Bustelo Carneiro e Carvalho de Rei. -----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal fez um apelo no sentido de os pedidos de substituição serem enviados com mais antecedência, sendo que tem havido pedidos que chegam no próprio dia da sessão, como foi o caso desta, o que dificulta a convocação atempada das pessoas para fazer as respetivas substituições.

-----De seguida, deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão, de acordo com a alínea b), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento,

destacando uma reclamação apresentada pelo munícipe Artur Teófilo da Fonseca Freitas, a qual fora disponibilizada na respetiva plataforma informática, juntamente com a documentação de suporte à presente sessão, para conhecimento. -----

-----De seguida, deu-se início ao período para tratamento de assuntos de interesse geral do Município (n.º 3, artigo 17.º do Regimento). -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"O PS, sem tabus nem medos, está como sempre esteve disponível para debater o tema da fatura das águas, não obstante a dificuldade em fazê-lo, pois como sabemos e por força do regulamento que se impôs neste mandato da Assembleia Municipal, que no período antes da ordem do dia, a oposição não pode debater nem aclarar algumas das informações que o senhor Presidente dá às questões formuladas pelos membros desta assembleia, nem sequer pedir esclarecimentos adicionais. Também sabemos que é difícil manter um debate democrático, pois quando um líder político usa excesso de adjetivos, excesso de agressividade e o insulto é porque tem déficite de razão, ou pretende continuar nas omissões estratégicas não se fazendo o apuramento de toda a verdade, como naquele lamentável vídeo que fez nas redes sociais oficiais do município, em resposta a um comunicado do Partido Socialista, a propósito deste tema. -----

----- Mas vamos aos factos históricos da concessão das águas: -----

----- Com o PS na Câmara de Amarante, o preço da água era um dos mais baixos em Portugal, comprava a água em alta e assumia a distribuição em baixa a preço inferior aos custos que tinha na operação. Como sabemos, em 2013, as normas europeias de equilíbrio tarifário tornariam inevitável o aumento das tarifas para cobrir os custos da captação e distribuição, o que iria onerar inevitavelmente o preço cobrado ao consumidor final.-----

----- Portanto a solução que foi proposta pelo governo para uma concessão em parceria pública, entre um conjunto de municípios no qual Amarante estava incluído e o próprio estado central, os amarantinos teriam enfrentado uma subida ainda mais exponencial nas tarifas, tornando um peso insustentável para o bolso das famílias. -

----- Além disso, era preciso realizar obras urgentes, como a construção da ETAR de Vila Caiz, o saneamento em várias freguesias junto ao Tâmega (Fridão, Vila Chã e Lufrei), a expansão das redes em zonas do Marão e a construção da estação elevatória (Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei), investimentos que somavam mais

de trinta e cinco milhões de euros e que eram impossíveis de suportar apenas com o orçamento municipal. -----

-----Havia, ainda, outro grande entrave, caso o Município de Amarante não aderisse à reestruturação da distribuição da água em baixa, ficava sem condições de acesso aos fundos comunitários para as obras referidas. -----

-----A concessão permitiu melhorar a qualidade do serviço, economizar recursos e reduzir as perdas de água, poupando ao Município de Amarante cerca de um milhão de euros por ano. -----

-----Ao contrário de outros municípios governados pelo PSD e CDS, que venderam os sistemas de águas a privados, Amarante manteve a gestão pública com a concessão numa parceria pública, garantindo um melhor controle. -----

-----Esta solução foi até proposta pelo governo de Portugal liderado pelo PSD, por isso não houve tacticismo político, por parte do PS, que poderia ter empurrado a decisão para futuro. -----

-----Esse tacticismo foi antes levado a cabo pela a coligação Afirmar Amarante cavalgou politicamente neste tema, com a mentira “venderam as águas”, quando efetivamente é um embuste pois Amarante sempre comprou água, para a distribuir, pelo que nunca teve água para vender. -----

-----A coligação continuou nessa narrativa, até aos dias de hoje, omitindo que, a 30 de junho de 2015, quando foi criado o sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Norte de Portugal, através do Decreto-Lei n.º 93/2015, constituindo-se a Águas do Norte, S.A., pela fusão de várias entidades, entre as quais, a Águas do Douro e Paiva e a Águas do Norte, que alargou o prazo de concessão para 30 anos, nada fez nem se opôs a essa alteração da concessão. -----

-----E não se opôs, salvo melhor entendimento, porque concorda com o modelo de concessão em parceria pública, basta verificar a entrevista ao JN - cito a pergunta do jornalista e a resposta do senhor Presidente “coesão territorial que muitos defendem que deveria estender-se a todo o país. Também é a sua opinião? - Pergunta o Jornalista, “seria muito interessante que em baixa houvesse um tarifário que pudesse ser nacional, até para beneficiar os municípios mais pequenos” - Responde o senhor Presidente. -----

-----Depreende-se desta resposta, a sua visão para que só num sistema multimunicipal, defendido desde 2011, é que permite esse ganho de escala e coesão territorial, em contraponto com a mensagem que tentou passar na campanha eleitoral em que afirmava que pretendia anular o “negócio” , situação que, diga-se

de passagem, nunca fez nada para que isso acontecesse, pelo que o PS, no seu comunicado, limitou-se a registar essa evolução no pensamento.-----

-----O senhor Presidente em vez de reconhecer essa alteração de pensamento, resolveu manter a narrativa, imputando ao PS o aumento do preço da água, omitindo que o aumento do preço da fatura se deve, em muito, ao aumento exponencial em mais de 1000% da taxa de Resíduos Urbanos, que é decidida por V. Ex.^a e que vem incluída na fatura.-----

-----Portanto, em vez de estar na página oficial do Município a tecer comentários acerca das publicações dos partidos políticos, deveria aceitar o debate público acerca deste tema, proposto pelo PS, em 2013, situação que nunca ocorreu, pelo que deveria aproveitar o vídeo para explicar as suas razões, não se ficando por meias palavras. O senhor Presidente, nesse vídeo, deveria ter esclarecido que, a 30 de junho de 2015, foi assinado um novo acordo de concessão pelo Governo de Portugal, criando a entidade "Águas do Norte, S.A.". Essa entidade resultou da fusão entre várias entidades, entre elas a Águas do Douro e Paiva e a Águas do Norte, assumindo a responsabilidade pela exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento em parceria pública com o Estado Português e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa.-----

-----Porque a cronologia dos acontecimentos é clara e não deixa dúvidas:-----

-----Em 2013 inicia-se a parceria pública assinada em 2011;-----

-----Em 2015 extinguem-se as entidades e ganham verticalidade nos sistemas, já no seu pleno mandato.-----

-----O que se espera é que a Câmara de Amarante tenha voz ativa na parceria e na "Águas do Norte SA", da qual faz parte integrante, para que cumpram com a sua missão e façam todas as requalificações necessárias na rede, para evitar percas de água na distribuição e, dessa forma, reduzir o preço, na fatura dos clientes, atendendo a que, e como confirma na mesma entrevista, em que o senhor Presidente refere que o tarifário de distribuição em alta até é razoável. Em vez de imputar ao PS a responsabilidade, para ocultar a inércia observada em onze anos de governação.-----

-----E para que não restem dúvidas, convém também esclarecer os amarantinos que a fatura apresentada no vídeo inclui três componentes: água, saneamento básico (definidos pela parceria pública constituída em 2015) e resíduos sólidos urbanos (RSU) sendo esta última componente, a taxa do RSU, que é definida exclusivamente

pelo Município. -----

-----Portanto, seria mais transparente, por parte do líder da Coligação Afirmar Amarante (PSD/CDS-PP), reconhecer que o aumento da fatura é, em grande parte, atribuído à taxa do RSU, sob sua responsabilidade, e que é isso que gera a diferença de preços em relação aos demais municípios da referida Parceria Pública, tornando a fatura de Amarante mais elevada. -----

-----Termino, questionando o senhor Presidente da Câmara: -----

-----1.O que faria o senhor Presidente da Autarquia para realizar um conjunto de obras urgentes, como a construção da ETAR de Vila Caiz, o saneamento em várias freguesias, junto ao Tâmega (Fridão, Vila Chã e Lufrei), e a expansão das redes em zonas do Marão, investimentos que ultrapassavam os 35 milhões de euros, sem acesso a fundos comunitários essenciais para estas obras? -----

-----2. O que fez a coligação Afirmar Amarante (PSD/CDS-PP) para reverter ou melhorar o serviço nestes onze anos de governação? -----

-----3. O que pretende a coligação Afirmar Amarante (PSD/CDS-PP) realizar até o final do seu mandato sobre este problema? -----

-----4. Pode a coligação Afirmar Amarante (PSD/CDS-PP) esclarecer a responsabilidade pela definição dos preços dos três componentes da fatura da água, incluindo aquele que é de sua inteira responsabilidade, a chamada "taxa do lixo" (RSU), que contribui para que Amarante tenha a "fatura da água" mais cara do país? -----

-----Deixando apenas a nota de que o PS sempre esteve disponível para apresentar algumas soluções, no sentido de mitigar o preço da fatura da água, sendo esse o nosso compromisso com os amarantinos." -----

-----**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"My God! Eu até falo inglês. My God! Mas o que é que eu ouvi aqui? É verdade. Bem, em primeiro, gostaria de saber qual é a posição do PS, porque, em 2011, estava eu aqui sentado, com o atual Presidente da Câmara e mais dois membros da oposição, do PSD, e outros cinco membros do PS. Na altura, reiteradamente, alertamos o então Presidente da Câmara, para o elevadíssimo aumento das tarifas da água. Tanto assim que ficou consignado na nossa declaração de voto, em 06.06.2011, que eu passo a ler: *acresce ainda o elevadíssimo aumento das tarifas de água e saneamento que a proposta pressupõe e o conseqüente aumento dos encargos para os municípios que não têm qualquer culpa pelos eventuais erros que se possam ter cometido quanto à política e valor dessas tarifas. Nós*

votámos contra a proposta de concessão, mas o PS, com cinco membros, votou a favor e a proposta foi aprovada, seguindo-se o contrato de concessão. Portanto, na altura, alertamos e avisamos, porque já sabíamos que as tarifas iam aumentar mais de 300%, como foi o caso. É verdade, nós dizemos "o PS vendeu a água". E o senhor deputado, desculpe que lhe diga, é lamentável o que o senhor disse aqui, como é lamentável aquele *outdoor* que colocaram por aí, algures, com a cara do nosso Presidente. Acho que é inédito, nunca aconteceu neste Município, um *outdoor* tão lamentável como aquele. -----

-----Aliás, eu queria saber a posição do PS, porque, já em 2016, ou 2017, houve um debate público sobre este assunto – o senhor deputado, se calhar, não sabe - na casa da Portela, e o anterior Presidente da Câmara, do Partido Socialista, disse: - *se fosse hoje, faria exatamente o mesmo*. Portanto, pergunto se o PS acha que esta proposta foi boa? Ainda não disse nada, mas parece que acha. E se acha, qual o problema do Partido Socialista? O problema é que nós e todas as pessoas que vivem em Amarante, estamos a pagar aquilo em que vocês nos meteram. Vocês, Partido Socialista de Amarante, foram ao nosso bolso e é isso que não querem admitir. Depois vêm com mentiras e confusões; confundem água em baixa, com água em alta, para baralhar as pessoas. A "venda da água", que foi a concessão, já vos está colada; está colada ao Partido Socialista de Amarante. Portanto, até à campanha eleitoral, venham com essas conversas todas que quiserem, ou debater, que eu debato com o senhor deputado, onde quiser; consigo ou com qualquer outra pessoa e onde quiserem. Porque eu estava lá e sei o esforço que eu, o atual Presidente da Câmara Municipal e mais duas pessoas, do PSD, fizemos para evitar esta que é uma desgraça para Amarante. O senhor não tem qualquer justificação para vir aqui falar dessa maneira, porque não está preparado, desculpe que lhe diga. O senhor devia saber como o contrato de parceria já tinha previsto a fusão de 2015. E, se fosse fácil, por mim, saía já amanhã. Mas não é fácil, senhor deputado, vá ler as cláusulas leoninas. Não recomendo, porque não quero que o Município de Amarante fique com várias dezenas de milhões de euros de indemnização às costas. Falou em concessão a privados? Viu o que fez o Marco de Canaveses? Saiu unilateralmente de um contrato que fez com privados e ficou com um processo de 30M€, que safou, salvo erro, em 2009 ou 2010. Safou-se agora, porque fez um acordo, mas, ainda assim, ficou por 15 ou 20M€. Se fosse fácil, os outros municípios que também fizeram a parceria já tinham saído, como é evidente. Agora o senhor não sabe, mas eu tenho a certeza de que o senhor Presidente da Câmara tem feito muito para tentar sair disto em que os

senhores nos meteram. Por isso, não têm qualquer moralidade para vir para aqui falar desta maneira. Pode falar como quiser, é evidente, mas, na minha opinião, devia falar numa atitude construtiva e dizer o que é que todos nós podemos fazer, em Amarante, para acabar com esta trapalhada. Mas não pode fugir, porque foi o Partido Socialista que a criou, porque eu estava cá e sei o que lutei contra isso. Sei bem o que me custou, na altura, ver esta proposta ser aprovada. -----

-----E depois vem falar em investimentos? O senhor deputado não sabe que estava previsto, de facto, um investimento? Só que, ao fim de cinco anos, já não havia investimento. A empresa disse que já não havia investimento, a não ser que aumentássemos as tarifas. Ora, íamos aumentar a tarifa, quando já estava tão alta? Isto é uma vergonha, senhor deputado! Aquilo em que os senhores nos meteram é uma vergonha! E para sair não é fácil. Só se os senhores tiverem os tais milhões para indemnizar a Águas do Norte, aí seria fácil. E falou também que estava previsto um investimento de 25M€? Sabe quanto é que foi o investimento? Foram os seis milhões de um empréstimo que tínhamos contraído. A partir daí, não tenho a certeza, mas o senhor Presidente da Câmara Municipal pode falar disso, não houve mais investimento nenhum, a não ser que aumentássemos as tarifas.-----

-----Eu teria tanto para dizer, mas só lhe vou dar mais um exemplo: a taxa de resíduos. Felgueiras, um município aqui vizinho, do Partido Socialista, que os senhores dão aqui muitas vezes como exemplo, manteve-se. Naquele tal estudo da DECO, que o senhor falou, aquele concelho, num consumo de 120 m³/ano, total da fatura de 250€, sendo água 105,65€, saneamento 51€ e taxa de resíduos 93€, valores arredondados. Em Amarante, total de 450€, água 207€, saneamento 170€ e taxa de resíduos, pasme-se, 91€. Então a diferença está nos resíduos? Eu dei o exemplo para ver que não é a taxa de resíduos, não é essa a grande diferença. É sim, a água e o saneamento de todos os municípios que estão na parceria com a Águas do Norte. E se não sairmos antes do final do contrato – penso que não se consegue -, vamos continuar a levar com esta situação em que nos meteram. Entretanto, parece que o governo quer legislar no sentido de harmonizar as taxas em todo o país, e bem, porque é uma grande injustiça para os municípios que estão integrados na parceria com a Águas do Norte. Integração esta que, em Amarante, foi feita pelo Partido Socialista.” -----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Julgo que estamos aqui perante um caso sério, um caso de estudo da

ciência política. Como é que, ao fim destes anos todos, temos alguém de um órgão responsável a falar assim da água. Eu acho que isto merece mesmo um estudo aprofundado. Quanto à intervenção que o senhor deputado Cândido Zoio aqui fez, mas há uma coisa que eu quero garantir a todos os presentes, é que, enquanto qualquer um dos presentes insistir em mentir sobre este tema, este cidadão, seja ele candidato, ou não, a qualquer órgão, vai estar sempre na defesa da verdade. Isto é uma jura solene que eu faço a todos os presentes. Irei sempre desmentir aquilo que os senhores deputados estão aqui a dizer hoje. Mas eu vou dar um desconto, porque, pior do que as afirmações, é não saber o que se diz. Agora, perante aquilo que foi aqui dito, já começo a perceber o cartaz. Afinal, não sabem distinguir abastecimento em alta e abastecimento em baixa. Isto é terrível. É assustador! Como é possível um deputado, líder da bancada do Partido Socialista, vir aqui e não saber o que é um sistema em alta? A ETAR é alta, os emissários são do sistema em alta! O PSD nunca se opôs; nunca disse nada sobre o sistema em alta. Muito pelo contrário, aquilo que eu disse, naquela entrevista, é que ainda bem que temos um sistema de abastecimento de água, em alta. Vejam que nós temos a água em alta mais barata do país. Se o senhor deputado não sabe o que é alta ou baixa, está com um problema grave. Já numa altura, o senhor criticou-me, porque eu passei uma imputação de FEDER de 35 para 80 ou 90% e disse que eu tinha de me retratar. E eu dizia que não percebia. E agora o senhor deputado vem aqui com esse texto a dizer, como dizia o meu antecessor, uma série de vacuidades? Portanto, eu espero que, a partir de hoje, o senhor deputado se retrate e reflita sobre tudo aquilo que disse. E que quem o acompanha lhe diga: *tenta aprender alguma coisa sobre esta matéria, vai ler e tentar perceber o que foi dito pelos senhores vereadores de então, em 2011. O que é que o atual senhor Presidente da Câmara Municipal fez, quando contratou a PLMJ e mandou estudar a possibilidade de nós sairmos do sistema em baixa.* Volto a dizer, o que esteve sempre na discussão, foi o abastecimento em baixa. Nunca esteve em discussão a alta. Espero não ter de voltar a dizer novamente, a diferença de alta e de baixa. Mas, volto a repetir, quando contratamos a PLMJ, em que eu tive o cuidado de convidar todos os partidos políticos, porque queria sair do sistema, foi ali dito, como disse, há momentos, o senhor deputado António Araújo, que mantinham a posição, neste caso, o Dr. Armindo Abreu, quando lhe coloquei a questão: *perante o que ouviu aqui, continua a pensar que foi um bom negócio?* Ele respondeu: *continuava a fazer o negócio.* Ora, ele fê-lo por convicção, logo isso está correto. Mas, perceba, o PSD sempre foi contra a adesão ao sistema. Mas também soube,

perante este estudo, que a indemnização que teríamos de dar por lucros cessantes, seria na ordem dos 75 a 100M. Demos continuidade ao processo e depois houve a verticalização do mesmo, em que a Câmara Municipal de Amarante, como sabe, ou devia saber, esteve contra isso, juntamente com Felgueiras e Maia, enfim, um conjunto de autarquias que intentaram uma ação contra o Estado, também metida pela PLMJ. Entretanto, mudou o governo e a questão da alta ou da baixa foi desfeita, a AdP voltou a autonomizar, mas não foi grande negócio para nós. Depois, dou-lhe nota, também, que os fundos comunitários continuaram e quem se manteve, como foi o caso de Lousada, continuou a ter dividendos. Dou-lhe nota, ainda, de outra coisa - já o disse diversas vezes: alertei o anterior Presidente da Câmara Municipal de que deveria aumentar o tarifário e não ceder à concessão do sistema. Eu tive a oportunidade de provar isso, já na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, porque fiz as contas. E, volto a repetir, se na altura, ao invés de concessionar as águas, houvesse a coragem política de ter aumentado 100%, nós corrigíamos o défice, que era de 1M€/ano e ainda libertávamos 300.000€ para investimento. Esses 300.000€, mais os quadros comunitários, permitia-nos fazer muita obra. Até hoje, como sabem, o aumento foi de 370%, não foi de 100%. Se aumentássemos 150%, posso-vos garantir que, à data de hoje, o Município de Amarante teria 100% de cobertura de rede de água e saneamento. Esta é que é a questão. Por isso, devíamos começar, politicamente, por estudar os dossiês e saber o que estamos a falar. Pelo menos, que nos sirva de exemplo para tomarmos decisões futuras, antes de tomarmos uma decisão leviana, sem fazer contas, era isso que deviam fazer. O senhor deputado devia vir aqui dizer: *eu mandei fazer o cartaz e enganei-me, confundi alta com baixa e fui para o cartaz falar de baixa. Peço desculpa, vou-me retratar e mandarei retirar o cartaz.* -----

----- Mas, a partir de agora, antes de fazer uma afirmação, faça contas, que é o que eu faço. Portanto, veja o que foi a nossa ação, as contas que fizemos e o que seria a atuação a seguir. Mas, deixe-me dizer-lhe outra coisa, que também é importante, é que, na altura, até 2013, foi feito um investimento de cerca de sete ou oito milhões de euros, julgo eu, em que nós servimos de barriga de aluguer - como poderemos vir a servir, não sei. A Câmara Municipal pediu um empréstimo de 6M€ para fazer investimento e no acordo de parceria ficou esse montante para esse quinquénio. Estava eu sentado no lugar onde estão os senhores vereadores [do Partido Socialista], julgo que até foi o senhor deputado Vítor Briga Rei que colocou a questão ao Conselho de Administração das Águas do Noroeste - e foi colocada de

forma clara, por duas vezes, como é que o investimento ia ser feito e se não ia aumentar uma série de situações? No fundo, era propor que, em cada quinquénio, devia haver investimento. Pasmem-se os senhores, que houve efetivamente no primeiro quinquénio e, a partir daí, deixou de haver investimento em Amarante. O investimento continua a ser da Câmara Municipal de Amarante. As receitas provenientes daquilo que os amarantinos estão a dar, vão para a Águas do Norte, neste momento. E isto é lamentável e, por isso, me ando a opor. Já agora, o senhor deputado fica a saber que contratei uma empresa - daquelas que vocês, muitas vezes, criticam, mas contratei -, que se chama Taminno, para fazer um estudo económico, para que se possa provar que a interpretação deles está errada e que, em termos de investimento, nós estamos a ser enganados. Acontece que, quando entramos para a rede, de entre oito, Amarante era responsável por mais de 55% da receita da água e no saneamento era responsável por mais de 35% da receita. E tem vindo a decrescer, porque os outros estão a aumentar. Deixou de haver investimento, isto é perfeitamente lamentável. E por isso é que eu lhe volto a dizer, que não volte a confundir e não volte a tentar dizer que eu menti. Porque há uma coisa, o senhor não me conhece, eu não preciso de mentir para ganhar votos. Eu preciso é de fazer e de ser transparente. Quando eu erro, sou o primeiro a assumi-lo, não tenho problema. Agora, há uma coisa que eu não lhe admito, nem a si, nem a ninguém, quando vierem mentir sobre esta causa, que a mim me diz muito e diz a todos os amarantinos, sejam socialistas, bloquistas, comunistas, sejam do que forem, diz muito a todos. Podemos assumir e eu dou de barato - já disse, aliás, a um grande amigo meu, que faz parte deste executivo, o senhor Vereador Carlos Pereira, que, na altura, era vereador com esse pelouro, e ainda no outro dia falámos disso, eu disse que ele foi enganado, como eu fui enganado; porque foi dito, aqui, nesta mesa, que ia haver política de investimento e não há. Admito que possa ter sido enganado e posso admitir que, politicamente, enfim, com base numa informação errada, tomaram a decisão que tomaram. Agora, os senhores deputados, não tentem passar outra ideia e que agora a vossa campanha vá ser alavancada numa mentira sobre um erro que cometeram e não querem assumir, mas cometeram. Tentar que esse erro passe para este Executivo, isso não vou aceitar e acredite que irei denunciar o vosso comportamento miserabilista, se continuarem nessa senda."-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**O senhor António Adelino, que proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"A Câmara Municipal de Amarante é associada da Marânus. Na altura do centenário do nascimento de Agustina Bessa-Luís, a Câmara Municipal comprava a casa se a família a vendesse. E no caso da casa onde nasceu Teixeira de Pascoaes, a Câmara Municipal comporta-se da mesma maneira, comprando-a se a família estiver disposta a vender?-----

-----Sobre o congresso histórico de Amarante, o senhor Presidente da Câmara Municipal poderá adiantar-nos alguma coisa?-----

-----Aqui há tempos, li num jornal, que, desde 2017, uma série de câmaras estão a cobrar a tal taxa de utilização do subsolo. Fazendo um paralelismo com as tais câmaras que estão a "lucrar" com essa taxa ilegal, não é análoga a esses recetores de artigos furtados? Com uma mais-valia para as câmaras, porque o intermediário, ou seja, as concessionárias do gás não tiram partido nenhum dessa transferência de verbas. Quanto à água, se estivéssemos na Páscoa, ainda se compreendia esta crucificação do Dr. Armindo Abreu. Eu entendo que ele agiu de boa-fé. Isto é, se ele seguisse aquele conselho do Presidente Reagan, que era *confia, mas verifica*, aí eu critico de não ter lido lá as cláusulas do contrato, que iam investir nos primeiros cinco anos. E na eventualidade de quererem sair da associação, tinha que ser em bloco, considerando que, daqui a dois anos, a entidade reguladora vai uniformizar os preços da água e dos resíduos. O senhor Presidente da Câmara Municipal está mais dentro do assunto - eu pergunto-lhe se a entidade reguladora também regula o preço da água para os serviços municipalizados? Porque a presidente da ANMP diz que é contra essa futura lei, porque a água dela é municipal. Mas, por outro lado, já diz que, para os lixos, a entidade reguladora deve atuar. Isto é *o sol na eira e a chuva no nabal*. Por isso, o ex-Presidente pode, involuntariamente, ter errado, mas, agora, a criticar, é essa senhora que representa os municípios. Naquilo que lhe convém, a entidade não tem que regular, mas nos lixos já deve regular."-----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Bem, muito rapidamente, até porque fez muitas considerações e a essas eu não vou responder, como devem compreender. Mas há aqui uma questão concreta que me foi colocada, que tem a ver com a Marânus. Eu já disse isto aqui várias vezes, mas vou repetir. A Marânus é uma associação que defende os interesses de Teixeira de Pascoaes e, em tempos, como sabem, havia vontade da mesma e também havia vontade por parte da Câmara de que o edifício onde nasceu o escritor ficasse na posse do Município de Amarante. Nós faríamos a intervenção para lá pôr todo o

espólio e a Marânus teria lugar dentro do mesmo. Acontece que, até hoje, ainda nada foi feito. Já tivemos financiamento comunitário, por duas vezes, para fazer a obra, até porque o projeto está pronto. Nunca houve a passagem do edifício para o Município. Aliás, neste orçamento, como devem ter visto, nem sinalizei essa obra. Quando entregarem, havemos de pensar, porque já chega, já lá vão oito anos disto. Qualquer dia ainda vamos ter que os intimar para fazer obras, porque o estado do edifício pode vir a pôr em causa a segurança de pessoas e bens. Portanto, sim, quando a Marânus entender que Pascoaes deve ser tratado com a dignidade que merece e que casa onde ele nasceu deve ser reabilitada, o Município de Amarante deve fazer todos os esforços para assim o fazer. Mas para isso tem de ser a Marânus a decidir.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal fez a leitura em voz alta da ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação. -----

-----Lembrou que a todos os pontos se aplicariam os tempos referidos na grelha B, exceto o ponto n.º 6, ao qual se aplicaria a grelha A. -----

1. Relatório de atividades e situação financeira do Município – Para conhecimento; -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**O senhor deputado Miguel Varejão, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Senhor Presidente, relativamente a este ponto e após a análise ao “Relatório da Situação Financeira e Atividades do Município”, não podíamos deixar de efetuar alguns comentários e colocar algumas questões, que se possível gostaríamos de ver esclarecidas. No que diz respeito aos comentários, podemos verificar do documento que se encontra uma enorme quantidade de projetos parados e/ou atrasados, como por exemplo: -----

-----• Edifício de Habitação Multifamiliar de Ataíde e outros ligados ao programa 1.º Direito; -----

-----• Obras de reabilitação de escolas (por exemplo a escola EB1); -----

-----• Eficiência Energética em Piscinas Municipais de Amarante e Vila Meã, onde nesta última questionamos para quando será a abertura do pavilhão, uma vez que estava programada para novembro, mas não chegou acontecer? -----

-----• Centro de Saúde do Marão/Várzea, onde a população continua sem acesso a infraestruturas de saúde adequadas. -----

----- Senhor Presidente, estes atrasos comprometem não apenas a execução orçamental, mas também a entrega de benefícios sociais e económicos previstos para a população, e, portanto, queremos-lhe perguntar quais os motivos destes problemas? Quanto à execução orçamental das despesas verificamos que esta se situa nos 54%, o que para o período em análise nos parece um valor bastante baixo e que parece indicar atrasos em investimentos essenciais nas diversas áreas. -----

----- Outro ponto que importa referir é a gestão de resíduos. Verifica-se que mais de 80% dos resíduos continuam a ser destinados a aterros, contrariando as metas do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2030). Neste período em análise, temos ainda um aumento de 7% na produção de resíduos *per-capita*. Aqui senhor Presidente, pretendíamos saber que medidas estão a ser pensadas ou implementadas para a sensibilizar os amarantinos para a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos? -----

----- Ao nível da contratação pública verifica-se um excesso de contratações diretas que representam aproximadamente 35% do total das aquisições realizadas, o que diminui a competitividade nos processos de aquisição, um consequente aumento dos custos, e revela falta de planeamento uma vez que muitos deles são efetuados de forma reativa. -----

----- Senhor Presidente, e para finalizar, uma vez que não encontramos essa informação no relatório, pretendemos questionar o seguinte: - O que está a ser feito ao nível da sinalização horizontal na rotunda da vinha, que neste momento é inexistente, e estamos a falar de uma entrada da cidade? Para quando a sinalização horizontal da estrada até Fridão, e de Fridão a Rebordelo, uma vez que se trata de uma zona de muito nevoeiro, o que torna difícil a circulação automóvel, podendo mesmo colocar em risco quem aqui circula? Qual o ponto de situação do alargamento do cemitério de Amarante? Já foram adquiridos os terrenos para o efeito? Qual o ponto de situação da obra de arte a colocar na rotunda da Madalena, neste caso a "Viola Amarantina"? -----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Ora bem, para aliviar um bocadinho, estranhei que, hoje, o senhor deputado Cândido Zoio não viesse falar neste ponto. Isto sem menosprezar os assuntos tratados pelo senhor deputado Miguel Varejão, a quem o senhor Presidente da Câmara Municipal, com certeza, responderá. Queria fazer aqui um realce que é muito importante e relevantíssimo para Amarante, meus senhores. De facto, vem um

relatório anexo a este ponto, que é o relatório de acompanhamento e monitorização da Estratégia Local de Habitação de Amarante. Num setor tão difícil, como é o da habitação, começo por dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo, em particular ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, pois sei que é um assunto da sua área, que lhe diz muito, no qual se envolveu e trabalhou profundamente. Parabéns, também, a todos os colaboradores da Câmara Municipal, que estiveram envolvidos neste assunto. Na minha opinião, todos estão a realizar um excelente trabalho para Amarante, que pode orgulhar-se desta estratégia local pela habitação que, como sabem, contempla pessoas e famílias que não vivem em condições de habitação dignas, nem têm capacidade financeira para resolver esta dificuldade. Depois de um processo que foi certamente muito complicado e demorado para identificar edifícios e outros locais de intervenção, Amarante submeteu 31 candidaturas, que abrangem 351 soluções de habitação, num valor total candidatado superior a 30M€. É caso para dizer: *isto é obra!* É obra e já tem financiamento assegurado para 297 soluções habitacionais, num investimento superior a 24M€. Foram desencadeados até ao momento procedimentos de empreitada para realização, reabilitação ou nova construção, de 201 fogos com investimento superior a 12M€. É obra, senhor vereador. É obra! Quanto às demais intervenções, os projetos de execução também já estão concluídos, estando previsto um cronograma para abertura de concursos públicos de empreitada, alguns ainda para este ano e outros para 2025. É obra! E quanto à análise comparativa com os restantes municípios do Tâmega e Sousa, que os senhores deputados trazem para aqui tantas vezes, normalmente para apoucar e diminuir Amarante, é muito simples, meus senhores. Amarante está no topo, quer em número de soluções apresentadas em candidatura, quer na garantia de financiamento via PRR. Amarante é, de longe, o município com o maior número de soluções contempladas. O senhor vereador Hugo Carvalho não deve ter lido o relatório, mas, independentemente de o ter lido ou não, se quiser, pode vir aqui falar. Por mim, debato consigo ou com quem quiser. -----
-----E para concretizar melhor isto, pergunto ao senhor Presidente da Câmara Municipal: qual é o ponto de situação quanto às respetivas adjudicações? Porque, como é sabido, quando houver a execução das obras, com certeza que a execução financeira será uma questão de meses.” -----
-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----
-----“Começando pelo Primeiro Direito e contrariamente àquilo que foi dito, por

vezes, o desconhecimento das coisas leva a que possamos dizer algumas asneiras. Neste momento, temos adjudicadas obras para 150 apartamentos e já temos propostas de procedimentos para mais 45. Vamos lançar ainda procedimentos para mais de 80. Isto quer dizer que vão começar as obras para 195 fogos, dentro daquilo que é o calendário estabelecido e que o Município se propôs realizar. Vamos cumprir o nosso propósito e, portanto, os tais 30M€ vão ser executados. Julgo que a questão que colocam é o receio de não poder cumprir os prazos do PRR, mas vamos cumprir. Agora criticam, mas, no fim, vão dar, seguramente, os parabéns à Câmara Municipal. O meu único receio, vou confidenciar-vos, aliás, já partilhei com os senhores vereadores, era que não surgissem empresas para concorrer, porque, nesta altura, está a acontecer um verdadeiro frenesim. Os senhores também sabem que, até há bem pouco tempo, o PRR era uma miragem. A partir desta alteração governativa, há este frenesim, esta loucura, em que temos de executar tudo. Então anda tudo aí a tentar construir. Aliás, vocês devem ter analisado o orçamento e, nestes últimos três anos, foi tudo muito complicado. Tirando o Portugal 2020, que estava com os restos, aquilo que era o Portugal 2030 e o PRR, destes nós tínhamos zero, os senhores sabem disso. Não vale a pena, só porque estamos em ano eleitoral, ou vamos entrar em ano eleitoral, que vamos agora esquecer o que aconteceu no passado. Não podem apagar essa história dos três últimos anos. Com muita pena minha, como devem compreender, porque adoraria que aquilo que foi agora apresentado neste orçamento, pudesse ter começado há três anos atrás. E mais, porque nós estávamos a trabalhar, não no Primeiro Direito, porque já tínhamos os projetos de execução, mas tínhamos muitos outros projetos que podiam ter avançado e só agora vão avançar. Portanto, irão terminar em 2026 e 2027 e, até lá, seguramente, tudo aquilo que são os 71M€ de investimento nesta primeira fase, é para já, não é para daqui a três anos. Se quiserem posso elencar aqui tudo aquilo que temos. Até ao final deste mês, temos 14M€ e, até ao final de janeiro, teremos mais 20M€. Tive uma notícia de que vamos poder concluir os trilhos que todos nós, amarantinos, ansiamos. Depois, até final de fevereiro, teremos mais 5M€ e temos aprovado mais 19M€. Fora isto, vamos avançar com muitas outras candidaturas noutras áreas. Portanto, estejam descansados, não vão faltar obras, mas poderá é não haver quem as faça. Daí o meu receio, relativamente à habitação. Quando nós queremos comparar - já agora, e não querendo ser deselegante, mas eu não resisto a dizer-vos -, naquilo que era o limite das 26.000 habitações de todos os municípios, que foram agora aprovadas, o Município de Amarante tem 225; Baião, 34; Castelo de Paiva, 30; Cinfães, 43;

Penafiel, 18; Felgueiras, zero; Lousada, 29; Marco de Canaveses, 92; Paços de Ferreira, 188; Resende, zero; e Celorico de Basto, 20; Estas são as candidaturas que fizemos. Quando dizem que nós não andamos atentos, peço desculpa, são factos. Eu posso mandar-vos a documentação, não vá dizerem depois que eu estive a mentir, aqui, em plena Assembleia Municipal. Contudo, fora do limite das 26.000 casas - vamos ver se depois há dinheiro ou não, porque do PRR já não há, portanto, vai ter de ser do Orçamento do Estado -, nós ainda acreditamos que vamos ter mais 126. Ou seja, só para terem uma ideia, candidatamos, no total, 351 fogos. Quanto à questão colocada pelo senhor deputado, relativamente a Ataíde, está adjudicada a obra, a partir de agora é com a empresa, que tem de cumprir as normas. Nós temos o prazo até junho de 2026, para ter as obras concluídas e com as pessoas a morar nas casas. Este é um requisito do PRR, portanto, percebam que agora as empresas vão ter que cumprir, de acordo com o caderno de encargos. Relativamente às escolas, também vos dou nota de que, até ao final deste mês, serão submetidas três candidaturas para três escolas, no montante de 7,69M€, para a escola da Torreira, a escola da Lomba e a escola de Real. Estou com alguma preocupação relativamente à escola da Lomba, porque eles falam de reabilitação e ali não é reabilitação, mas uma escola nova. Tudo isto é feito com quadros comunitários, pelo que temos de nos reger pela saída dos avisos e a possibilidade de poder fazer candidaturas, não vá dizerem que eu prometi e não cumpri. Temos estas candidaturas para fazer, porque temos tudo pronto. Felizmente temos uma grande equipa de vereadores e uma grande equipa de técnicos, que nos ajudam obviamente a poder avançar com isto. Depois tínhamos a questão da eficiência energética. Também vamos ter uma candidatura de 1,91M€, em que entra a questão das piscinas. Portanto, é uma candidatura que vai ser submetida até dia 28 de fevereiro. Também já está pensado e já está trabalhado para avançar, porque, como devem compreender, a gestão municipal passa muito pela capacidade que temos de elaborar candidaturas. Desengane-se quem pensa que é com o orçamento próprio do Município. Como devem compreender, a Câmara não tem 80 ou 100 M€ para poder fazer investimento. Tem a ver com a capacidade de obter os fundos comunitários e ir à banca, se for necessário. Mas, já agora, quando se fala da eficiência energética, ainda há muita coisa a fazer. A primeira é a regulamentação a nível nacional, que é preciso mudar para deixar de haver lóbi instalado neste país. A segunda é que temos feito um grande trabalho. Eu vou dar-lhes dois números que explicam bem a otimização que fazemos em termos energéticos. Por exemplo, na iluminação pública, poupamos 1M€,

por ano, depois de um investimento que foi feito, o que é significativo. Claro que depois dizem, *sim, mas não é um lucro direto*. Não, porque foi um contrato em que uma parte do lucro passa para amortização do investimento e a outra parte passa para a redução da Câmara Municipal. Mas enfim, há uma efetiva poupança dessa energia. Dou-vos ainda outro número, que pode parecer insignificante, mas não é. Fico muito contente, mas isto passa, obviamente, pelo envolvimento de todos, não apenas com o meu. Por exemplo, na questão dos combustíveis fósseis, poupamos, desde o momento em que mudamos uma aplicação de gestão de frotas, designada *cartrack*, a qual nos proporcionou uma otimização de 1,7M€, em 10 anos. Relativamente aos centros de saúde, como sabem, nós fomos dos últimos a aderir ao processo de transferência de competências naquela área. Depois de aderir, fizemos aquilo que nos competia, para tentar perceber os investimentos; saiu agora um aviso, em que há 599.900€, para reabilitação, pelo que temos de avançar. Deixem-me dizer-vos que isto não chega a nada, mas, enfim, é o que temos, é aquilo que vamos investir. Antes disso, também deixem-me dizer que a Câmara Municipal de Amarante sempre disse, nomeadamente ao então senhor Ministro, que não ia avançar se tivesse de fazer o investimento. Até porque acho que esta transferência não foi séria. Se quiserem que vos conte a história, é fácil de perceber. Quanto ao facto de as piscinas estarem fechadas, isso para mim é novidade. E, portanto, vou transmitir aquilo que me foi dito, de que estiveram efetivamente fechadas, no dia 13, de tarde, tanto a de Amarante como a de Vila Meã, por causa do jantar de Natal dos trabalhadores da Câmara Municipal. Se estiveram encerradas noutros dias, não sei, mas vou averiguar. Relativamente ao alargamento do cemitério, vou voltar a dizer que temos o terreno identificado e o processo está a decorrer. Temos um empréstimo de 400.000€, que não vai chegar, pelo que, no primeiro trimestre de 2025 vamos ter de reforçar esta verba para o dobro, para aquisição do terreno. Politicamente, devíamos pensar se é este o caminho que queremos seguir. Mas isto é uma discussão política, não partidária, em que seria interessante que todos pensássemos se é mesmo esse o caminho. Deixo isto no ar, porque pode ser que alguém fique sensível a este apelo e possamos refletirmos todos. Quanto à sinalização rodoviária, está previsto pelos serviços, não só as passadeiras, como a sinalização vertical e horizontal, estando previsto avançar com procedimento, no primeiro trimestre de 2025, uma vez que é um montante avultado. Deixe-me dizer-lhe que o ajuste direto é para coisas pontuais e que estão na lei. Aliás, lembro-me que, em tempos, a então senhora Ministra Dr.^a Ana Abrunhosa, mostrou-se muito

indignada, porque a comunicação social criticava o ajuste direto. Enfim, se acham não está bem o ajuste direto, mudem a lei. Se o senhor acha que isto é desvirtuar o mercado, regra geral, até favorece as empresas locais. E por isso é que às vezes somos condescendentes. Na maioria dos casos é feito por concurso público, mesmo que, por vezes, estejamos a prejudicar a economia local. Mas, um dia, se estiverem deste lado, vão perceber isso. Aliás, tudo passa pelos serviços e não é o Presidente da Câmara que toma essa iniciativa. Relativamente à rotunda, já disse isto aqui, mas vou dizer outra vez. Há um projeto para aquela área, principalmente para aqueles muros, em que nós queremos prestar um tributo ao Professor António Cardoso, porque acho que ele merece todo o nosso respeito. É um mural feito em azulejos Viúva Lamego, estando a ser trabalhada a questão dos preços, porque é um trabalho caro, com pintura manual para aquela rotunda e depois um arranjo bonito na parte central. Enfim, eu acho que, durante o ano 2025, se não for em 2025, será em 2026, mas acredito que vai ficar muito bem. O mais importante foi fazer a rotunda, ter um arranjo floral ou uma viola, não é tão importante. Sobre os resíduos sólidos urbanos, deixem-me dizer que tenho muito orgulho do caminho que a Câmara Municipal de Amarante tem vindo a fazer e dizer que nos destacamos dos demais municípios da nossa dimensão. Já o disse à Senhora Ministra do Ambiente, na presença dos meus colegas da Maia, Trofa e Póvoa de Varzim, embora a realidade deles não seja igual à nossa; eles têm a LIPOR, que permite ter uma otimização e uma rentabilidade que nós não temos. Nesta região, estamos sozinhos. Ali, no Sousa, ainda há três municípios que estão agregados e conseguem ter escala, mas, aqui, estamos sozinhos. A Câmara Municipal de Amarante é das poucas que, na questão ambiental tem submetido muitas candidaturas, porque é daquelas, também poucas, que obedecem aos critérios, em termos de sustentabilidade, 90%, no mínimo, garantido. Se não tivesse, não podia fazer. Amarante é a única que, nos biorresíduos e outras questões, está a trabalhar para, por exemplo, fazer uma candidatura, até ao final deste mês, no valor de 1,22M€, em que nós já temos todo o planeamento daquilo que queremos investir, até 2030. Não vai ser suficiente para cumprir os critérios que são emanados pela União Europeia, mas também vos posso afiançar que ninguém, em Portugal, os vai cumprir. A política que vem de cima não permite que seja cumprido e, portanto, eu espero que haja juízo neste país e que façam por ajudar os municípios, como o de Amarante, que querem cumprir, enfim, com aquilo que são as metas estabelecidas. Se não fossem os quadros comunitários, não tínhamos qualquer apoio do Estado. Vocês sabem que sou muito crítico relativamente à TGR, que só nos

tira dinheiro e não nos dá quase nada. Eles podiam deixar o dinheiro todo cá para apostar na questão pedagógica, da informação que nós já estamos a fazer e continuaremos. Nós temos uma linha que já foi apresentada, no ano passado, aquando da apresentação das medidas para os biorresíduos, que prevê toda uma campanha de sensibilização junto da população, nomeadamente nas escolas, nas freguesias, e um sem número de entidades. Portanto, dizer que, relativamente à gestão de resíduos urbanos, Amarante orgulha-se de estar a fazer um esforço acrescido, já desde 2017, tendo já conseguido atingir alguns objetivos.” -----

-----Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

2. Fixação da Taxa da Derrama para 2024 – (Registo n.º 7975/2024/11/25). -

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**A senhora deputada Ana Margarida Carvalho, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“A inexistência da taxa de derrama no Município de Amarante sempre foi um fator diferenciador do nosso Município em toda a região, quer do Porto, quer na zona do Tâmega e Sousa, sempre foi defendida pelo PS como medida de apoio empresarial. Apenas uma situação económica e financeira excecional de desequilíbrio nos levaria a defender o seu lançamento. Acreditamos que a competitividade do território depende de uma estratégia de promoção e valorização, a vários níveis, dos quais destacamos: bons acessos, infraestruturas, boas redes públicas de equipamentos e serviços, entre outros. Ora, tornar Amarante num território competitivo e fomentar um gradual clima de confiança no território, obtém-se, desde logo, na nossa opinião, com a inexistência da taxa de derrama. De outra forma, a promoção do território sairá desvanecida, pelo que iremos abster-nos na proposta apresentada.” -----

-----**O senhor deputado Vítor Briga Rei, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Quanto à questão da derrama, devo aqui recordar a senhora deputada que, quinze dos dezoito municípios do Distrito do Porto aplicam a derrama. À nossa volta, Felgueiras, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Penafiel. Só há dois municípios que se propõem aplicar a mesma taxa de Amarante. E como é fácil de perceber, para quem anda atento, a receita proveniente da derrama tem servido para assegurar o financiamento para que o Município possa criar, ou continuar a criar, áreas de acolhimento empresarial, como fez em Aboadela e em outros locais e como irá fazer

em Vila Meã. Não é com a derrama que as empresas fugirão daqui e isso vê-se pelo aumento do valor da receita, o que significa que as empresas se estão a instalar no concelho e estão a ter lucros. E também não podemos ignorar que as empresas mais pequenas não pagam derrama. No fundo, é a ideia da distribuição da riqueza, que o Partido Socialista, antigamente, defendia. Os que mais podem, acabam por contribuir para quem mais necessita. E, assim, vamos crescendo, como tem vindo a acontecer, nos últimos tempos. A senhora deputada pode ter a certeza de que, se Amarante não aplicasse a derrama, não seria por isso que teria mais atratividade. Amarante tem atratividade porque, em primeiro lugar, sabe ir ter com os empresários, sabe trazer investimento para cá, através de empresas que geram emprego. E, quanto a isso, senhora deputada, são factos!" -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"A senhora deputada Ana Margarida fez aqui a sua intervenção, e bem; também acho sim, temos de continuar a apostar nas acessibilidades e nas infraestruturas para realmente termos capacidade para atrair novos investimentos para o nosso território. Relativamente à questão da derrama, discordo, porque, primeiro, as empresas com volumes de negócio até 150.000€, que são a esmagadora maioria, não pagam taxa derrama. Assim como todas as empresas que se instalam de novo, as quais podem beneficiar, ao abrigo do Código Fiscal do Investimento, que prevê a redução das taxas. Mas a questão não é essa. Se analisarmos friamente, quem são os que, no país, conseguem atrair investimento e os que não conseguem atrair investimento, os que o conseguem são aqueles que investiram muito dinheiro em grandes infraestruturas e acessibilidades, em parques empresariais, enfim, também outros complementos, como a aposta na habitação e aposta em muitas coisas. Em Amarante, permitam-me que vos diga isto, até porque, para o ano, haverá eleições - nós temos de continuar a pensar no futuro, meus senhores. Amarante não pode perder o comboio, não há mais oportunidades. Nós já perdemos muitos comboios e, neste momento, deixem-me dizer, que os próximos dez anos vão ser fundamentais. E há duas áreas estratégicas, uma delas é a atração de investimento e a derrama é só mais um pequeno contributo. Eu dou-vos nota de que, em 2019, recebíamos 360.000€ e, segundo os dados deste ano, vamos receber 900.000€. E que leitura se pode fazer? Que conseguimos atrair investimento, seguramente, ou então começaram a ganhar mais dinheiro. Enfim, façam a leitura que entenderem. Eu faço a minha, aliás, vocês também conhecem algumas entidades que aqui se

vieram fixar e acreditem que as multinacionais vêm falar comigo. E só me colocam duas questões: sobre as infraestruturas e sobre a localização. Nem perguntam o preço. Por isso, dou-vos a boa nova de que Vila Meã vai ser um verdadeiro sucesso. Quando tivermos as infraestruturas feitas, em cinco anos, aquilo ficará completo, não tenho a menor dúvida; vai ser a melhor zona industrial do país, porque tem tudo para dar certo. Mas, para isso, vamos ter de investir muitos milhões de euros. Primeiro vamos ter de despender e depois teremos o retorno do dinheiro. Nessa altura, a Câmara Municipal já vai ter dinheiro para continuar a investir e há de haver um momento em que a Câmara, que eu espero que seja só daqui por 12, 13 anos, vai dizer que não se paga mais derrama, porque está tudo feito. Mas nunca ficará tudo feito, porque, por muito mais que façamos, no dia seguinte vamos ter de fazer o dobro. E se não tivermos esta atitude, deixem-me dizer, não estamos cá a fazer nada. Porque, depois, é preciso requalificar, é preciso fazer escolas e a seguir é preciso dotar o concelho de um sem-número de equipamentos complementares à zona industrial. E a segunda coisa, além disso, é a habitação. Portanto, há aqui uma estratégia que está a ser levada a cabo, não apenas a do Primeiro Direito, é o que está a ser levado a cabo no sentido de Amarante se tornar competitiva e atrativa para os investidores, atraindo investimento para a construção de habitação para a classe média; para muita gente nova, que mais tarde vão querer ter aqui uma casa com a dignidade que merecem. É importante pensar nisso e, permita-me senhora deputada – isto não é sequer partidário - tenho muitos colegas de outros quadrantes políticos que aplicam a derrama. Os que não aplicam a derrama, regra geral, são os que têm menos capacidade para atrair investimento. Não percebo, porque, em vez de pensarem o contrário, com o dinheiro que arrecadariam, podiam ir começando a fazer pequenos investimentos e tornar o território mais atrativo. Certamente, vocês nunca viram por aí um *outdoor* a dizer *venham para cá porque não aplicamos a derrama*. E porque é que dantes não vinham para Amarante? Bem, também vinham alguns, que procuravam terrenos - certamente foram feitos alguns investimentos por particulares, porque Amarante sempre teve tradição industrial – mas, percebam, perdemos o comboio, porque faltavam verdadeiras infraestruturas. Acredito que, nesta década, vamos conseguir - todos nós, amarantinos -, vamos conseguir tê-las. E a partir daí, sim, a derrama já não será de 900.000€, será de alguns milhões. Vamos ter mais capacidade para acelerar o investimento e, a partir daí, poderemos mudar um bocado a nossa estratégia. Era só isto que lhe queria dizer, senhora deputada. Concordo com tudo o que disse, menos com esta questão. Porque nós não

temos orçamento e, acredite em mim, não temos capacidade para pensar dar tudo a todos e depois irmos a algum saco azul, ou vermelho, ou verde, como quiser, para conseguirmos ter capacidade financeira para poder fazer investimentos de grande escala. Nem sequer os 900.000€, que é aquilo que nós recebemos este ano, da derrama.” -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou, por maioria, aprovar o lançamento da derrama para o ano de 2024, em 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC gerado no Município de Amarante, para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 150.000€, e isenção de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios máximo de 150.000€, conforme deliberação da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por: 29 votos a favor, 20 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, por se encontrar ausente da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, por se encontrar ausente da sala. -----

3. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação de Taxa do Imposto relativo a 2024 – (Registo n.º 9986/2024/11/25).-----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Em sede do orçamento do ano transato e no cumprimento estrito do direito de oposição, o Partido Socialista, fazendo jus à sua responsabilidade, apresentou um conjunto de propostas de melhoria do orçamento, nas quais se incluía esta proposta que ora se apresenta, no orçamento de 2025. Congratulamo-nos novamente pela inclusão da mesma, reforçando a importância que o PS teve na definição desta medida. Portanto, o Partido Socialista, naturalmente, irá votar a favor.” -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos das alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e conforme deliberação da Câmara Municipal, deliberou aprovar a fixação e minoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), relativo a 2024, nos seguintes

termos: -----

- a) - Fixar a taxa a aplicar neste ano relativos aos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, em 0,3%; -----
- b) - Fixar a redução da taxa de IMI em 140€ para agregados familiares com três ou mais dependentes a cargo e 70€ para agregados familiares com dois dependentes a cargo, com domicílio fiscal em prédio destinado a habitação própria e permanente. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, por se encontrar ausente da sala. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, por se encontrar ausente da sala. -----

4. Participação variável no IRS – (Registo n.º 9976/2024/11/25).-----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **A senhora deputada Sara Maia, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Nos termos da Lei n.º 73/2013, os municípios têm direito a uma participação variável até 5% do imposto arrecadado em sede de IRS, relativa aos rendimentos dos sujeitos passivos com domicílio fiscal, na respetiva circunscrição territorial, auferidos no ano imediatamente anterior e calculada sobre a respetiva coleta líquida, feitas as deduções previstas no Código do IRS. Por sua vez, a Lei das Finanças locais faculta aos municípios a possibilidade de devolverem até 5% do IRS cobrado aos residentes no seu território, podendo os mesmos proceder à devolução de parte ou da totalidade dessa participação. Sucede que este Executivo, com a proposta agora apresentada, pretende mais uma vez exercer o seu direito a participar no limite máximo de 5% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho da Amarante. Esta proposta, em reunião de Câmara, obteve uma contraproposta por parte dos senhores vereadores do Partido Socialista, que pretendiam que o Executivo devolvesse 1% dessa participação aos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Amarante. Entende o Partido Socialista que a sua contraproposta de devolver 1% do IRS aos sujeitos passivos com residência fiscal em Amarante seria a opção política mais razoável, de forma a promover a competitividade do território, através de uma

política fiscal diferenciadora e atrativa para a fixação de população, sem colocar em causa a estabilidade orçamental. De referir, ainda, que a receita não arrecadada por força da devolução de 1% IRS aos amarantinos, que teriam uma maior folga financeira, sempre poderia voltar aos cofres do município sob a forma de outros impostos, taxas e licenças derivadas da dinamização da economia. Por estes motivos, o Partido Socialista irá votar contra a proposta apresentada.” -----

-----**O senhor deputado Vítor Briga Rei, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Obviamente que quase toda a gente, em Portugal, quereria pagar menos IRS. Só não quereriam pagar menos IRS as pessoas que efetivamente não pagam. Sabemos que há cerca de dois milhões de portugueses que não pagam IRS. Mas, como dizia, há pouco, o senhor Presidente da Câmara Municipal, não temos capacidade para dar tudo a todos. Felizmente temos a capacidade para fazer um bocadinho da redistribuição. E precisamente esta participação variável do IRS vai buscar a quem mais paga. Parece-nos que é uma medida perfeitamente socialista e é inacreditável como é que o Partido Socialista não defende isto, porque é precisamente o princípio da redistribuição da riqueza. O valor da participação que o Município recebe é aplicado nos investimentos municipais; no fundo, quem mais ganha, quem tem salários maiores é quem vai comparticipar no investimento municipal, que vai beneficiar todos e que, provavelmente, até irá beneficiar mais as pessoas que menos ganham. Não se percebe como é que o Partido Socialista não defende uma medida redistributiva, que tem um âmago social-democrata, mas também socialista, no fundo.”-----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Sobre a intervenção da senhora deputada, trata-se de uma matéria da qual não vou entrar aqui em diálogo, porque não vale a pena. São opiniões, que eu respeito, embora o meu entendimento é o de que, efetivamente, a política social não se aplica favorecendo quem mais ganha; a política social aplica-se a ajudar quem precisa e este deverá ser o princípio. É por isso que tenho lutado e me tenho batido para, havendo necessidade de alocar dinheiro para os que verdadeiramente precisam, aí sim, acho que a Câmara Municipal deve fazer o esforço e é sua obrigação fazê-lo. O caso do IRS iria seguramente favorecer todos os que estão aqui na sala, porque certamente todos auferem salários superiores ao salário mínimo nacional e, portanto, pagam IRS e poderiam ser beneficiados. A política social deve ser mesmo

para quem mais precisa. Contudo, respeito a opinião de cada um e isso é legítimo. E não é o dinheiro que aqui está em causa que, como disse, e bem, poria em causa a estabilidade financeira. É uma questão de princípio. Eu não pretendia usar da palavra, mas vim só para corrigir aqui um aspeto. Aliás, foi dito aqui, anteriormente, que a Câmara Municipal, no ano passado, aceitou uma proposta do Partido Socialista para a inclusão de algumas situações. Nós pusemos sempre a questão de dialogar e negociar com o Partido Socialista, tentando que houvesse, aqui ou ali, a capacidade de podermos absorver propostas do Partido Socialista. Sendo que – eu tenho de contar isto, é da elementar justiça - o ano passado, fui chamado a atenção, e bem – eu, sinceramente, por mim, falava com os senhores vereadores do Partido Socialista e pedia-lhes que me trouxessem contributos – o líder da bancada do Partido Socialista, Dr. Cândido Zoio, que, na altura, já seria o Presidente da Comissão Política Concelhia, chamou-me a atenção, dizendo que eu não estava a respeitar o estatuto da oposição. Fiquei a olhar para ele e disse-lhe que não estava a perceber, porque sempre falei com a oposição. - *Não senhor, tem é de falar connosco, e não com os vereadores.* Perante isto - o senhor lembra-se, não me vai desmentir -, eu disse aos senhores vereadores do Partido Socialista que me desculpassem, mas iria enviar a comunicação para eles e também para o Partido. Foi o que fiz. Transmitemos aos senhores vereadores, porque era uma questão de hierarquia, que me pediram para respeitar e eu respeitei. Só para dizer que, quando disse, há pouco, que houve uma contraproposta do Partido Socialista, não houve qualquer contraproposta. Quero corrigir a declaração da senhora deputada Sara Maia, porque, efetivamente, não há nenhuma contraproposta do Partido Socialista, porque não veio negociar comigo. É só para que fique claro e que fique escrito em ata.”-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, deliberou, por maioria, aprovar a participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Amarante, relativa aos rendimentos auferidos em 2024, conforme deliberação da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por: 29 votos a favor, 0 abstenções e 20 votos contra. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, por se encontrar ausente da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos,

por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, por se encontrar ausente da sala. -----

5. Taxa Municipal de Direitos de Passagem – (Registo n.º 9982/2024/11/25).

-----Inscreveu-se para usar da palavra: -----

-----O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do Partido Socialista, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----“É só para informar que o nosso sentido de voto vai ser favorável nesta proposta.” -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com a alínea b) do n.º 3 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual, deliberou aprovar a aplicação do percentual de 0,25% devido pela Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para o ano de 2025, conforme deliberação da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação deste ponto os senhores presidentes da Junta de Freguesia de Gondar, Junta de Freguesia de Lufrei e da Junta da União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa, por se encontrarem ausentes da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação desta minuta os senhores presidentes da Junta de Freguesia de Gondar, Junta de Freguesia de Lufrei e da Junta da União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa, por se encontrarem ausentes da sala. -----

6. Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2025 – (Registo n.º 9972/2024/11/25). -----

-----Inscreveram para usar da palavra: -----

-----**O senhor deputado Carlos Alberto Miranda, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“As grandes opções do plano e o orçamento municipal para o ano de 2025 têm naturalmente uma clara e inequívoca componente técnica, mas são especialmente documentos que refletem as opções políticas e estratégicas do Executivo da Coligação Afirmar Amarante. É a continuidade de um projeto claro de

afirmação e crescimento da nossa terra, caracterizada por um forte compromisso com o desenvolvimento sustentável e com inclusão social ali tratada, numa situação financeira e orçamental equilibrada, tendo sempre bem presente o princípio da coesão territorial. Trata-se do maior orçamento de sempre do Município de Amarante, totalizando 103,6M€, o que demonstra que, onze anos volvidos, a ambição do executivo municipal mantém-se bem forte, para preparar Amarante para os desafios futuros. Por conseguinte, importa lembrar que os últimos anos têm sido marcados por um contexto nacional e internacional bastante complexo, nomeadamente a pandemia, a guerra na Ucrânia, as pressões inflacionistas, que agora parecem mais controladas, e o conflito entre Israel e o grupo terrorista Hamas, a que acrescem as crises políticas nacionais que nos últimos anos foram provocadas pelo Partido Socialista, no Governo de Portugal. Apesar disso, o Executivo da Coligação Afirmar Amarante manteve sempre o rumo claro para tornar Amarante cada vez mais dinâmica, atrativa, inclusiva e mais sustentável. É, pois, importante destacar a forte dinâmica deste Executivo na elaboração de projetos e na captação de fundos comunitários, o que permite que, neste contexto excecional, encontre financiamento no PRR, cerca de 27,5M€, e no Portugal 2030, cerca de 7,5M€. São números que contrastam com o marasmo do passado da governação socialista, face à inoperância na captação de fundos comunitários. Portanto, é um aspeto que é uma marca de água desta governação. -----

-----No que concerne à habitação, que é um dos grandes problemas do país, transversal a vários municípios, destacaria a implementação da Estratégia Local de Habitação, que prevê um forte investimento de 30M€, alavancado pelo PRR e será repartido entre os anos de 2025 e 2026. Também é relevante o financiamento do Portugal 2030, embora seja de registar negativamente o arranque tardio deste apoio ao investimento, o que condicionou naturalmente o arranque dos projetos financiados pelos vários municípios. -----

-----Já foi aqui falada a questão da taxa de IMI, onde se verifica a fixação de limite mínimo de 0,3% e a redução em 140€, para agregados familiares com três ou mais dependentes a cargo, e a redução em metade, ou seja, em cerca de 70€, para agregados com dois dependentes a cargo, que é naturalmente uma medida de incentivo às famílias e à natalidade. -----

-----Destaco igualmente uma clara política de proximidade e de reforço com a juntas de freguesia, em consonância, aliás, com aquilo que foi a política deste Executivo ao longo dos últimos 11 anos. Em linha com o orçamento anterior, em

2025, voltam a atualizar-se os valores a transferir para as freguesias, à taxa de inflação presente no relatório orçamento de Estado para 2025, ou seja, 2,3%, assim como, tendo em consideração o compromisso assumido relativamente à receita arrecadada da taxa turística, reforçando-se em 50%, passando dos atuais 5.000€ para 7.500€ as transferências destinadas a execução de programas culturais, o que revela naturalmente, em todo o seu esplendor, a política de coesão territorial que aqui já referi e que tem sido levada a cabo por este Executivo e que demonstra que para esta Câmara a coesão territorial não é um chavão, ou um *sound bite* para usar em campanha eleitoral, mas sim uma convicção profundíssima porque, efetivamente, não há freguesias de primeira e de segunda. Aqui há freguesias que merecem igual respeito e é assim que tem sido feito por esta governação.-----

-----Em simultâneo, verifica-se um apoio inequívoco à atividade das várias instituições do concelho, com o objetivo de promover a coesão territorial e social em articulação naturalmente, com as juntas de freguesias, as instituições sociais, desportivas, culturais e recreativas. A este respeito, temos um orçamento com redobradas preocupações nas políticas de apoio aos cidadãos, disponibilizando os recursos que são necessários à execução de projetos e ações que visam diminuir as desigualdades sociais e apoiar os mais desfavorecidos, como também já ouvimos nesta Assembleia.-----

-----Neste contexto, que é tão exigente, é muito relevante realçar que mantém o respeito pelo princípio do equilíbrio orçamental, que exige que a receita corrente bruta deva ser, pelo menos, igual à soma da despesa corrente com as amortizações empréstimos, sendo que, além de cumprirmos este princípio, temos ainda uma margem positiva, superior a 3,3M€. É também relevante referir que a dívida total do Município é ligeiramente superior a 20M€, mas que o limite da dívida é de 55M€. Portanto, temos ainda uma margem absoluta de endividamento superior a 35M€. Naturalmente que a margem utilizável não é esse valor, mas é superior a 14M€, com alguns empréstimos que já estão contratados, superiores a 10M€, significa que há uma margem superior de 4M€. Portanto, verifica-se que a Câmara tem, do ponto de vista financeiro, um endividamento claramente confortável. Em suma, senhoras e senhores deputados, os números deste orçamento são claros e inequívocos; permitem-nos olhar com bastante otimismo para o presente e para o futuro, com a dinâmica e o progresso que a nossa terra exige. E, como tal, respeitam aquilo que tem sido um voto de confiança cada vez mais reforçado pelos amarantinos à Coligação Afirmar Amarante, desde 2013, e estão naturalmente em consonância com

os compromissos assumidos. -----

-----Neste sentido, naturalmente que o sentido de voto da bancada do PPD/PSD será o voto favorável e a aprovação da proposta das grandes opções do plano e do orçamento municipal para 2025".-----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Vamos discutir, então, o que é este orçamento e as grandes opções do plano, sem deixar de dar uma nota de que, antigamente, havia a *cassete Cunhal* e agora a *cassete* é outra. Portanto, podia ter lido a ata anterior e conseguiria certamente perceber o que diria neste orçamento. -----

-----Relativamente à negociação das propostas, o Partido Socialista enviou, através dos seus vereadores, inúmeras propostas, algumas delas realizadas, outras não realizadas e o que nós esperávamos é que realizasse aquelas que também se comprometeu, como, por exemplo, a questão dos lanches escolares em todas as escolas e outras coisas que se comprometeu também no passado. Portanto, num ano de transição, pensávamos que o Senhor Presidente ia acomodar essas propostas. E, por isso, o PS, que é uno em todos os seus órgãos, como se tem visto, consolidou essas propostas anteriores. -----

-----Este é um orçamento para 2025 que, para além de ser desconectado com os novos desafios autárquicos, nomeadamente a ação climática, a demografia, a habitação, os resíduos sólidos urbanos, também falha em não dar um contributo sólido e robusto às famílias amarantinas, ao recusar-se a promover a baixa fiscalidade, de que é exemplo categórico, a fatura da água, que onera o bolso dos amarantinos, principalmente na taxa de resíduos sólidos urbanos, que é da sua responsabilidade. -----

-----Era essencial, num contexto internacional marcado pela incerteza, com a perspetiva de recessão na Europa, que este orçamento não se limitasse a ter uma atualização do orçamento municipal de 2024. -----

-----Vamos então analisar algumas das grandes opções do plano para percebermos isto:-----

-----Educação: está previsto um investimento total de 6.210.500€, que corresponde a cerca de 18% do orçamento, onde há um foco excessivo na manutenção. Destina-se principalmente a reparações básicas de manutenção corrente das escolas, sem investimento significativo na modernização das infraestruturas ou na digitalização do ensino, por exemplo. Há uma ausência da

inovação tecnológica e não existe previsão de implementação de salas de aula digitais e equipamentos modernos ou conectividade nas escolas rurais. Há uma desigualdade territorial, onde as escolas das freguesias mais afastadas estão desatualizadas e apresentam condições físicas inadequadas e com uma carência de diversidade dos programas extracurriculares. Falta um investimento sério nas atividades complementares, chamadas AEC's, e que se podia apoiar muito na rede associativa do Município, aliás, como propostas nossas, também. -----

-----Na Saúde, vamos investir ou gastar cerca de 1.420.300€, que é 4% do orçamento, um subfinanciamento crónico, com uma verba alocada extremamente reduzida, face às necessidades crescentes da população, basta olhar para a demografia do nosso concelho. Há uma falta de serviços preventivos; não há investimento, por exemplo, em programas de prevenção de doenças crónicas, rastreios regulares ou campanhas de saúde pública e, por exemplo, o apoio ao medicamento podia entrar aqui nesta visão. -----

-----Habitação e Urbanismo, uma outra área prioritária, com 3.523.600€, 10% do orçamento. Foi aqui visto, no anexo ao relatório da Câmara Municipal, uma baixa execução dos projetos, apesar de a dotação orçamental ser razoável, e há registo de atrasos significativos na implementação desses programas de habitação social e reabilitação urbana. Há projetos estagnados e vários projetos de habitação permanecem paralisados, por falhas administrativas ou burocráticas. Zonas urbanas degradadas e o orçamento não apresenta estratégias claras de reabilitação de áreas degradadas ou zonas abandonadas, especialmente nas freguesias mais periféricas. Há uma crise habitacional e uma degradação urbana, promovendo a exclusão social. -----

-----Na Mobilidade e Transportes, 5.812.000€, 17%, há falta de um plano estratégico integrado de mobilidade sustentável, de que o Senhor Presidente da Câmara Municipal muitas vezes fala, com objetivos claros para a modernização da rede de transportes. Há carência de vias circuláveis, por exemplo, pedonais urbanas e investimentos relevantes em ciclovias ou vias pedonais urbanas seguras, comprometendo a mobilidade sustentável. Uma desigualdade territorial, em que as zonas rurais continuam desassistidas, em termos de transportes públicos regulares e eficientes. A manutenção inadequada, em que grande parte do orçamento parece destinar-se à manutenção das vias existentes, sem melhorias significativas na melhoria da qualidade da estrutura no seu todo e dependência excessiva do transporte individual, que aumenta as emissões de gases poluentes, prejudicando a qualidade ambiental do Município. -----

-----Para a Cultura e eventos, 4.022.000€, cerca de 12% do orçamento, o que é desequilibrado, porque cerca de 75% deste valor é alocado a eventos temporários, festivais e concertos, sendo apenas 9% destinado à preservação do património histórico-cultural. Há infraestruturas negligenciadas, que o PS também ajudou a construir em Amarante, a biblioteca, museu, etc., há um conjunto vasto de infraestruturas que estão com instalações desatualizadas e sem a devida manutenção e que ficam pouco atrativas. Há uma desigualdade territorial, em que a programação cultural concentra-se no centro urbano, excluindo muito das freguesias rurais e periféricas. E não fosse aquela proposta do Partido Socialista, muito pouco iriam receber as juntas de freguesia, que fariam certamente uma agenda bem mais desagregada, digamos assim, do centro. E o excesso de eventos temporários, como comprovado, não geram um legado cultural duradouro, nem promove o envolvimento das comunidades locais.-----

-----Ambiente e Sustentabilidade: 2.710.800€, cerca de 8% do orçamento. Uma gestão de resíduos inadequada, em que a maior parte (83%) dos resíduos ainda é encaminhada para aterros sanitários. Uma fraca aposta na reciclagem e na valorização energética, como, aliás, fazem muitos outros municípios. Agora, por exemplo, foi publicitada a questão da recolha dos resíduos de obra, pelo Município de Baião, que é um exemplo de algumas atividades que se podiam fazer nesta área. A reflorestação é insuficiente; não há programas estruturados de reflorestação de áreas degradadas ou de combate às alterações climáticas; são políticas ambientais fragmentadas. O orçamento carece de investimentos estratégicos em educação ambiental, monitorização da qualidade do ar e da água.-----

-----Ação Social e Inclusão, 3.150.400€, 9% do orçamento. Uma ausência de um novo corpo de políticas sociais que deem resposta a novos problemas decorrentes das crises sucessivas que vivemos nos últimos anos, infelizmente, e das que vamos viver no futuro. E o impacto é principalmente nos grupos mais vulneráveis, como idosos, crianças e famílias em situação de risco, que continuam a enfrentar dificuldades e sem sustentabilidade nas soluções que lhes são apresentadas. Mas recusa constantemente algumas das propostas, como por exemplo, a questão do cheque natalidade, a questão do medicamento para idosos, e a questão dos lanches escolares gratuitos.-----

-----Desenvolvimento Económico e Turismo, 4.105.300€, cerca de 12% do orçamento. Há uma falta de promoção do turismo sustentável e a valorização do património natural e histórico é insuficiente, limitando-se o potencial turístico, por

exemplo, a inexistência de uma articulação com o setor privado, onde não há incentivos claros ao desenvolvimento de parcerias com pequenas e médias empresas. O que nós temos é um turismo de excursão. Eu convido-vos a sair agora, quando acabar a Assembleia, e vermos como a cidade está morta, a não ser ao fim de semana, que tem algum movimento. Às 20h00 o centro histórico está completamente desligado, com um impacto económico limitado; ausência de estratégias concretas que impedem a geração de emprego e atração de investimento e diversificação da economia local. Este investimento que não serve os amarantinos e obviamente não serve Amarante. Citando António José Seguro, relativamente a uma discussão de um orçamento do Estado, *este não é o meu orçamento, mas o interesse de Portugal está primeiro*. De igual modo, este nunca seria o nosso orçamento, mas o interesse das nossas freguesias passa a ser uma prioridade. Termino a minha intervenção, fazendo minhas as palavras do referido António José Seguro, naquela altura, dizendo *optamos por uma abstenção violenta, mas construtiva.*" -----

-----**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Em primeiro lugar, boas festas para todos. Muita saúde. Isso é que é importante para todos nós.-----

-----O senhor deputado falou em *cassete Cunhal*, eu diria que há uma *cassete Zoio*. Era só para desanuviar um pouco! Bem, parece que estamos numa realidade virtual. Falta isto, falta aquilo... Mas, o que eu quero realçar mesmo, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, todos os senhores vereadores, é que este é um orçamento histórico para Amarante. Amarante está no topo, são 103M€. É isto que eu venho aqui realçar, felicitando a Câmara Municipal e todos os colaboradores; toda a gente que esteve envolvida nisto e que fez as candidaturas, com um financiamento de mais de 30M€. Realçar também as palavras sustentadas e rigorosas do senhor deputado Carlos Miranda, como sempre. Isto é histórico e, por isso, não queria deixar passar este orçamento sem o realçar. São 103M€ para a nossa terra e isto só é possível por causa de uma coisa que aqui já foi falada. É que eu quando estava aqui sentado - o problema é que eu já tive aqui sentado, está gravado -, quando nós falávamos do orçamento e dizíamos ao então Presidente da Câmara Municipal que era preciso investir e que o financiamento crucial eram os fundos europeus, ele dizia-nos *não quero desbaratar os fundos dos contribuintes europeus*. Era assim que nos dizia. Está gravado, portanto, vão ouvir. E disseram em mais que um espaço, penso que até numa entrevista. E, portanto,

agora, este Executivo quer, e bem, malbaratar os fundos dos contribuintes europeus, a favor de Amaranate! E depois, em termos laterais queria referir dois ou três detalhes. Não sei se o senhor deputado não teve tempo para ler tudo, enfim, para se preparar convenientemente, veio aqui dizer – eu até registei - que não existe nenhuma rubrica que dê corpo a uma nova geração de políticas sociais. Acho que foi isto, mais ou menos, que disse. Mas é mentira, senhor deputado. Desculpe que lhe diga, mas o senhor tem de ler outra vez os documentos das GOP. Pelo menos, uma eu vi, mas deve haver mais, com certeza. Há uma nova medida social, que é o apoio na vacinação infantil. Não viu essa medida, senhor deputado? Isso é uma medida social, que eu saiba. Ou seja, é o pagamento integral das vacinas prescritas pelos pediatras, que devam ser administradas nos bebés até às 52 semanas de idade. Portanto, isto é uma nova medida social e deve estar numa rubrica do orçamento. Eu penso que vi lá uma rubrica, à volta de 40.000€. Portanto, isto é uma medida social relevante. Às vezes, é a forma como somos pouco rigorosos a justificar as coisas. O senhor deputado falou aqui noutra coisa, que eu também queria rebater, que são os lanches escolares. Mas não, senhor deputado, o senhor devia saber que já há lanches, há fruta, há pão e há leite. -----

-----O senhor vereador Hugo Carvalho passou esta Assembleia exaltado e nervoso, se quiser pode pedir ao senhor Presidente de Câmara Municipal, formalmente, e diz o que tem a dizer. Não tem de estar sempre a interromper. Isto não é a Assembleia da República, senhor vereador. O senhor vereador tem o estatuto previsto na lei, que diz quais que intervenções é que pode ter, mas há limites, senhor vereador. Isto não é pessoal, mas há limites. Diz que não existe leite nas escolas? É mentira? Porque é que eu devia ter vergonha de dizer a verdade? Ora essa! Boas festas para todos e muita saúde que é o mais importante!" -----

-----**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, José Filipe Jesus Carvalho, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu queria só dar nota, se me é permitido, ao senhor Presidente da Câmara Municipal, enquanto presidente de junta, do seguinte: os 50% que vão dar para atividades de cariz cultural, não poderiam ser dados no contrato interadministrativo? Por uma razão muito simples. Em termos da freguesia da Lomba, e, se calhar, também outras freguesias, seria mais produtivo para nós ter o contrato interadministrativo como obra e não de cariz cultural. Ou então, dar a todos os presidentes de junta a possibilidade de escolher uma coisa ou outra. Acho que seria

melhor e mais viável. -----

----- Também quero desejar-vos umas boas festas! Não me revejo, e acho que nenhum de nós se revê, nestes bate-bocas, quer do senhor deputado António Araújo, quer do senhor Vereador Hugo Carvalho, quer de outros elementos. Eu sou novo na política, mas já tenho cinquenta e tal anos. E isto não nos faz andar na política. Faz com que nos retiremos da política. Sejam construtivos! Não estou a olhar só para o senhor deputado António Araújo, mas também estou a olhar para o senhor vereador Hugo Carvalho. Devemos ter tento, dignidade e consciência. -----

----- Depois, dizer ao senhor deputado António Araújo uma coisa: há leite nas escolas. Mas quero dizer também ao senhor Presidente da Câmara Municipal que há leite nas escolas, mas são as juntas de freguesia que o estão a fornecer. Desde o primeiro dia deste ano letivo - já o transmiti ao Professor Gomes -, a empresa contratada pela Câmara Municipal não repôs o leite escolar. E a Junta de Freguesia da Lomba, com todo o gosto, já repôs o leite e será ressarcida - como me referiu o Professor Gomes - através de contrato interadministrativo. Mas queria deixar esta mensagem e dizer-vos que, quem vem aqui, seja do Partido Socialista, seja do PSD, seja do CDS, que são os únicos partidos que estão aqui representados, tenham um bocado mais de cuidado. Para que nós, que somos uns catraios na política, queiramos também ser um bocadinho políticos e possamos vir aqui dar o nosso contributo, que é para isso que somos eleitos." -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- "Temos o maior orçamento da História. O senhor deputado Cândido Zoio veio aqui fazer a defesa da sua posição, mas não leu o orçamento. Portanto, aquilo que falou não corresponde a este orçamento. Por isso, fico descansado, não vou ter de lhe responder, porque nada do que aqui falou faz parte daquilo que lhe foi apresentado. Mas vou dizer outras coisas, que eu julgo que são importantes. Até porque, por exemplo, quando se falou de transportes, já agora, uma nota muito interessante, só para terem uma ideia, registaram-se 18.000 transportes para Vila Meã e foram emitidos 900 passes mensais para seniores. Enfim, mais uma série de medidas que justificam muito bem aquilo que foi o esforço que o Município fez. Já estamos a preparar-nos para, no ano de 2025, revermos o novo período de cinco anos. Isso quer dizer que nós executamos. E dou-vos nota de que a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa começou antes de nós, mas ainda não tem o seu sistema de transportes. Portanto, a Câmara Municipal de Amarante, mais uma vez,

está de parabéns, porque tem aquilo que outros não têm; há aqui uma política social diferenciadora. Este é um orçamento que tenho muito orgulho de apresentar. Tenho pena, por ser o meu último orçamento, mas fico muito agradado, porque retrata bem aquilo que é a nossa ambição. Quero acreditar que é a ambição de todos, até porque, muito daquilo que aqui está, os senhores deputados e todos os senhores vereadores também corroboraram. Nas grandes obras e nas grandes linhas, nós não temos de ser contra, só porque somos de um partido diferente. Temos de ser contra, quando não nos revemos na política estabelecida. Temos de ser contra, se dissermos *eu não quero turismo em Amarante*. Mas Amarante tem turismo, senhor deputado. Portanto, quando leu nos seus papéis que não há turismo, estava equivocado. Estava a falar, se calhar, do que algum amigo lhe entregou de outro município. Não é o caso de Amarante. Vocês dizem que no fim de semana têm a cidade cheia de gente, mas, de noite, não. Não tem, não senhor. A não ser na baixa do Porto. Mas se foram às zonas mais periféricas do Porto não veem lá ninguém. Acredito que, daqui por 10 ou 15 anos, quando tivermos no centro da cidade mais dez ou quinze mil pessoas a morar – uma meta que temos de atingir - aí sim, se calhar, já vamos ter mais público, para que possa confraternizar consigo, no café ou no bar A ou B, quando a iniciativa privada quiser acompanhar essa evolução. Este é um caminho que temos de percorrer. Esta coisa de vir aqui e esquecer o que era o passado e achar que este Executivo tem tempo para fazer obras faraónicas, tirando todo o dinheiro que tem da receita, porque dá tudo a todos, reduz derrama, reduz isto, mais aquilo, isso não é o país real. Não estamos no país da fantasia, em que tudo nos é permitido. Meus senhores, vamos ser concretos, este é um orçamento que é robusto, porque a conjuntura o permite. Com certeza, há o PRR, o Portugal 2030, mas há, acima de tudo, projetos e um plano gizado para o desenvolvimento do nosso território. É isso que interessa. Podem, aqui, ou acolá, fazer uns ajustamentos. Por exemplo, em 2014, definimos um plano para a mobilidade e temos vindo a cumprir. Mas, neste momento, já estamos a pedir para rever o plano de mobilidade. Estas coisas são dinâmicas, há novas realidades. Brevemente, vai sair um novo aviso, em 2025, sobre a mobilidade. Inclusive, a Câmara Municipal de Amarante faz parte de um grupo alargado, que é o Eixo Atlântico, onde partilha conhecimento com 40 cidades do Norte de Portugal e da Galiza, do qual, esta autarquia faz parte da Comissão Executiva. Um dos eixos que trabalhamos é a mobilidade. Há aproximadamente 15 dias, estive em Pontevedra a ver um bom exemplo daquilo que é a mobilidade e o que deverá ser o pensamento para os centros históricos. Não sei de que partido é o meu colega,

chama-se Miguel, é médico, mas sei que tem grandes ideias. Seja ele de esquerda ou direita, não interessa. Eu já fiz aqui um debate com dois colegas, um deles, na altura, ainda era Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, que era José Maria, e eu aplaudi a visão desse meu colega, do Partido Socialista, naquilo que tinha a ver com a capacidade que tinha para atrair empresas para o seu território. Não temos de ter problemas em assumir que há coisas bem feitas. Até podiam dizer que fariam diferente e isso até é importante, mas - não quero que me leve a mal, a verdade é essa -, o senhor veio aqui dizer um conjunto de nada. Podia ter dito três ou quatro ideias que fossem transformadoras, que eu seria o primeiro a aplaudir, porque não sei tudo. Alicerço muito daquilo que é o meu pensamento através de reflexões de técnicos devidamente habilitados. Por exemplo, quem vai ao meu gabinete, tem lá um grande placar de um homem que faleceu recentemente, o Professor António Babo, que era um grande senhor. Um dia, no meu gabinete, quando o convoquei para me ajudar a pensar a cidade de Amarante, pedi-lhe para responder a questões que os políticos andavam a prometer ao longo de muitos anos. Se vocês analisarem os meus programas eleitorais, aquilo que eu digo é aquilo que é factível. Podem dizer *ah, mas não fez a biblioteca*. É verdade que não. Ainda estamos a fazer o projeto e vamos ter fundos comunitários para a sua reabilitação, mas vamos fazer um projeto da biblioteca. E não aquilo que eu já referi aqui, o enganar as pessoas com uma pintura ali, só para enganar o eleitorado. Não, não façamos isso. Não é o dinheiro dos contribuintes europeus, é o nosso dinheiro. O dinheiro é demasiado precioso, é demasiado caro para andarmos a malbaratar o dinheiro dos contribuintes. Por isso, tem de haver aqui regras muito claras daquilo que deve ser feito. Nós temos agora a possibilidade de financiar uma parte da EN15, que muita gente critica o seu estado, e bem. Eu podia gastar ali 1,5M€ de euros e enganava toda a gente com remendos. Mas não o faço. A oposição já me falou em fazer ali reparações em algumas áreas. Muito bem, para minimizar o impacto, mas depois havemos de fazer obra a sério em toda a sua extensão, na nossa área territorial, que permita ter uma entrada com dignidade. Eu fico muito satisfeito por saber que, no próximo ano de 2025, ou 2026, por exemplo, vai ser a transformação total da zona alta da cidade. Até ao final do mês, vamos submeter uma candidatura de cerca de 2,8M€, para a zona da antiga estação ferroviária. Logo a seguir, uma candidatura para toda a área de Santa Luzia, que vai ficar muito bonita. Vamos ficar orgulhosos. O projeto não é meu, é de um arquiteto que executou o que lhe foi pedido, como fariam os senhores se estivesse no meu lugar. Portanto, aquilo não é o projeto do

PSD, não. Eu sempre entendi, e sei que os senhores aqui também sentem o mesmo que eu, que é preciso requalificar aquela zona. Podem gostar mais do amarelo, do verde ou do encarnado, mas, meus senhores, isso é um *fait-diver*. O que está aqui em causa é o projeto e é aquilo que nós queremos alavancar no nosso território. Deixem-me dizer, porque este é o meu último orçamento, tenho um grande orgulho daquilo que aqui está e tenho ainda um orgulho maior em saber que, no final do ano, vamos continuar a cumprir aquilo que desde sempre fizemos. Passamos o ano sem dívidas a fornecedores, com sustentabilidade. Vamos ter um saldo de gerência superior a 7M€. E acredito que, a partir de janeiro, fevereiro ou março, Amarante vai começar a entrar em transformação. Não por haver eleições - até porque muitas vezes as obras levam a que se percam eleições; os senhores presidentes de junta que aqui estão sabem que antes do ato eleitoral têm que ter as obras prontas, não se pode ir para as urnas com as obras meio feitas ou por fazer. Tudo o que temos para fazer vai durar muitos anos a fazer. São obras robustas - estamos a falar de 71M€, agora, mas vai haver mais. Ainda há bocado falava que, em termos de FEDER, neste orçamento estão 39M€ e vamos ter ainda mais para o ano; vamos poder alocar mais. Podia-me ter perguntado o porquê de fazer tudo agora, que eu responderia: *senhor deputado, estou a meter tudo agora, o máximo possível, que é aquilo em que temos a maturidade para avançar*. Para podermos aproveitar as novas regras, em termos de fundos comunitários. Se não sabem, deviam saber, o senhor deputado pelo menos devia saber, é que, agora, a regra do *overbooking* é anual. Para o ano, já vamos ser responsabilizados pela execução ou não das obras. E se não formos rápidos, se não andarmos da perna - desculpem-me esta linguagem brejeira -, se não tivermos a capacidade de executar as obras, vamos perder muitos milhões de euros. É por isso que, volto a dizer, tenho muito orgulho, responsabilidade e dedicação; não minha, mas de todos. Porque muitos dos contributos vêm de vos ouvir a falar; de ouvir, durante tantos anos, os políticos a falarem do que sabiam e do que não sabiam. Eu dou sempre um exemplo sobre o porquê de eu pensar assim. Foi por já ter estado no sítio onde vocês estão. Foi ouvindo e aprendendo, porque nós também aprendemos com os erros dos outros. Eu lembro-me de um exemplo muito claro. Não está aqui o senhor vereador Carlos Pereira, ele já era Presidente da Junta de Freguesia da Madalena, também falava nisto, a Rua Alexandre Herculano era uma coisa assustadora. Em 1997, as promessas eleitorais, quer do PS quer do PSD, eram muitas, mas nunca ninguém disse como faria aquilo. Só diziam que era preciso fazer, mas isso não basta. É como dizer onde deve ser localizado uma ponte

aqui e porquê? Se lançarmos a pergunta, uns dizem mais acima, porque é assim, ou mais abaixo, porque dá mais jeito. Mas nós temos de saber qual é, tecnicamente, a melhor localização. Depois, ajuizamos politicamente. A Rua Alexandre Herculano, deixem-me dizer, passe a imodéstia, eu disse aos técnicos que tínhamos de arranjar estacionamento, porque o grande problema eram os carros em cima da estrada. Diziam-me que era impossível negociar com um senhor, que, aliás, ainda há dias me ligou a desejar um bom Natal, por quem tenho estima e consideração, que é o senhor José Taveira. Quando falei com ele, expliquei-lhe convenientemente o que estava em cima da mesa, qual era a bondade da nossa proposta e ele disse-me: *senhor Presidente, avance*. Foi assim, porque ele é um homem inteligentíssimo, extremamente educado e elegante e teve a capacidade de ouvir. Foi um amarantino e um parceiro para encontrar uma solução para algo que toda a gente andava sempre a prometer. Estão aqui alguns dos senhores presidentes de junta desse tempo. Eu não pus isso no meu programa eleitoral e fiz a obra. Até podem dizer que pus obras no programa eleitoral e não as fiz. Mas tenho projeto feito e estou à espera de melhores condições financeiras para as realizar. Isto é fazer política. Podem achar que algumas coisas estão mal e eu tenho que respeitar a vossa opinião. No passado, também era contra muita coisa, como o Arquinho, por exemplo. Mas era a favor de quase tudo o que se fez, porque é que havia de ser contra? Eu não tenho habilitações suficientes para criticar uma obra de arte. Não tenho essa capacidade, tenho sim capacidade para questionar o porquê, havendo outras prioridades. Respeito as prioridades de cada um dos senhores, mas não critiquem a atração da indústria, não critiquem o trabalho no turismo. Vejam o trabalho que fizemos na comunicação, meus senhores, no qual tenho orgulho. Na semana imediatamente após a vitória nas eleições de 2013, eu e todos os 18 presidentes que ganharam as eleições, fomos chamados para uma entrevista, em direto, no Porto Canal. Não me recordo do nome do jornalista, mas sei que fiquei estarecido com o que aconteceu, logo ali, em direto. Enfim, vocês já me conhecem, eu sou um apaixonado por aquilo em que acredito, estava a falar sobre a minha visão para o turismo em Amarante, dando as referências do que melhor existe no concelho, quando o jornalista se vira para mim e fala do *caso Mea Culpa*, que já tinha acontecido em 1998. Volvidos todos aqueles anos, em tom jocoso, falou-me daquele assunto, um caso negativo. Estão a ver como foi, para um recém-eleito e sem traquejo, mesmo assim, fiquei irritado e disse-lhe que estava equivocado, porque, esses tipos de casas existem em todo o lado. Que Amarante é uma terra de cultura e tal. Lá lhe disse da maneira como me consegui desenrascar,

não sei se bem ou mal, foi aquilo que me saiu na altura. Isso a mim marcou-me negativamente, porque Amarante ainda estava agarrado àquela marca negativa - e não era culpa do executivo, não estou a dizer isso, não interpretem mal as minhas palavras, foi uma fatalidade. Aconteceu, tal como a queda da ponte de Entre-Os-Rios. São fatalidades, mas que marcam negativamente o território. Foi o que aconteceu em Amarante e nós tínhamos que inverter isso, fazendo jus àquilo que é a nossa alma amarantina. Aliás, segundo um estudo que nós pedimos, é muito interessante, isto é transversal a todos nós, independentemente das habilitações literárias, da profissão, de tudo a nossa, a nossa génese, a nossa identidade está ali, o nosso ADN está ali. É muito interessante lerem os relatórios, porque toda a gente que foi inquirida pensa da mesma maneira, relativamente àquilo que é a amarantinidade. Com base nisso, trabalhamos a questão da marca territorial, daquilo que é a nossa essência e com isso também trabalhamos a questão da comunicação, na medida daquilo que sabíamos. Poderão dizer, *deveriam ter feito muito mais*: É verdade, houvesse dinheiro para isso, mas fizemos o possível. Eu lembro-me de quando se faziam aquelas *fun-trips*, com aqueles grupos de jornalistas internacionais, que estavam aqui três dias para depois poder vender a nossa marca. Essa gente falou bem de nós e passamos a estar nas páginas daquilo que é o último grito, como eu costumo dizer, que é o *The Guardian*, que se referia a Amarante como um destino a não perder. São trabalhos que nós fizemos e, por isso, quando nos criticam o turismo, não é verdade. Há muito mais a fazer, senhor deputado, sim, é preciso continuar a fazer, mas deixe-me dizer-lhe que nós, a esse nível, fizemos um grande trabalho e com aquilo que tínhamos. Não fizemos um grande bolo de noiva com sete andares, mas fizemos um bolo muito bom, que as pessoas gostaram. Nós vamos fazendo com aquilo que temos, com a matéria-prima que temos, com mais técnicos e com capacidade de contratar conhecimento, assessorias, que, às vezes, vocês criticam. Espero que continuem a contratar conhecimento e talento, porque é isso que nós precisamos em Amarante. Por isso é que eu digo que tenho muito orgulho neste orçamento, que é o maior de sempre, porque muito do trabalho que está aqui já começou no anterior mandato. Algum foi feito agora, estamos a falar de muitos milhões. Foi contratado lá atrás e, neste momento, é para avançar, porque estas candidaturas são de 70M€. O que vai acontecer no tal *overbooking* anual, é que Amarante vai lá buscar muito dinheiro e de certeza que vai reforçar. No próximo mandato, quem cá estiver, que tenha essa capacidade de continuar, que é isso que eu peço, seja de direita ou de esquerda. E, portanto, vou terminar. É Natal. Como

sabem, adoro o Natal. Nesta época, peço sempre vários desejos ao meu amigo Pai Natal, que eu sei que ele me ouve e que corresponde: que Amarante continue a brilhar conforme brilha hoje; que tenhais muita saúde, vós, os vossos filhos e todos os vossos entes queridos e amigos. O melhor para todos nós, independentemente das quezílias e das nossas diferenças, e que todos sejam felizes.” -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Tendo em conta que, no próximo ponto, vamos votar a favor e neste vamo abster-nos, quero aproveitar também, desde já, para dizer que o Partido Socialista já foi o Pai Natal do Senhor Presidente da Câmara, porque o deixou falar sobre este que é o seu último orçamento, exercendo esse direito à palavra de forma tão extensa. Mas, enfim, merece e todos os agentes políticos merecem. E, parafraseando aquilo que disse o senhor Presidente da Junta da Lomba, em que eu me revejo também, que neste Natal não andemos tão nervosos. Aquilo que eu disse na minha primeira proposta, é que quando as pessoas têm um excesso de agressividade ou voluntarismo, às vezes, perdem nessa situação e, portanto, quero desejar-vos a todos um excelente Natal, porque a democracia é assim, pensamos o território de forma diferente, complementar, se calhar, preocupamo-nos mais com as pessoas. Portanto, quero desejar a todos um excelente Natal um bom Ano Novo e que Amarante tenha sucesso, que é isso o que todos pretendemos.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Quero desejar a todos os senhores deputados, senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, ao público presente e a todos os amarantinos, em geral, que tenham um santo e feliz Natal, e um ano de 2025 cheio de felicidade e saúde. E quero lembrar algo que já disse aqui, e tal como o senhor deputado Cândido Zoio, há bocado, parafraseou António José Seguro, eu vou citar aqui um homem que já não está entre nós, chamado Sá Carneiro: *a política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha*. Acima de tudo, sejamos dignos da política, de ser amarantinos e de ser cidadãos, porque trabalhamos todos para o bem da nossa comunidade. Termino, assim, mais um ano na política, já vou entrar no décimo segundo e, por isso, já tenho algum calo. Mas, acima de tudo, com todo o coração, desejo que sejam todos felizes.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou,

por maioria, aprovar a proposta de orçamento para o ano financeiro de 2025, as grandes opções do plano, e consequentemente, o mapa de pessoal para o exercício financeiro de 2025, articulado das Normas de Execução Orçamental, Plano Plurianual de Investimento, PAM e demais elementos instrutórios, conforme deliberação da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por: 29 votos a favor, 20 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, por se encontrar ausente da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, por se encontrar ausente da sala. -----

7. Serviço Municipal de Proteção Civil – Abono de despesas de representação do Coordenador Municipal de Proteção Civil – (Registo n.º 9565/2024/11/12)

-----Não houve inscrições para usar da palavra.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua versão atualizada, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, deliberou autorizar a atribuição do abono de despesas de representação ao Coordenador Municipal de Proteção Civil. -----

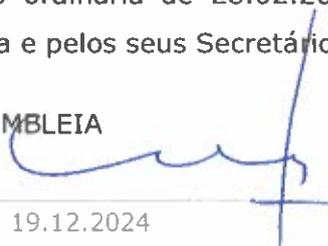
-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, por se encontrar ausente da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, por se encontrar ausente da sala. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e três horas e vinte minutos. --

-----Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 28.02.2025, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO *Carlos Afonso da Silva Almeida*

O SEGUNDO SECRETÁRIO *João Carlos das Salas Leite*